

O ALCEU DA ENCRUZILHADA: INTELLECTUAIS E RESTAURAÇÃO CATÓLICA NAS DÉCADAS DE 1920-1940

Aluno: André Mesquita Penna Firme

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Eduardo Gonçalves

Introdução

A memória é um dos mais importantes constituintes de nossa identidade, faz ressignificar o passado no presente, transporta aquilo que já foi para o que ainda não é, cria símbolos, práticas e identidades. A memória de uma instituição como a PUC-Rio nos transporta para o centro de debates, lugares e ações que influenciaram nossa história, nosso presente e, portanto, constituem o modo como nos vemos hoje, como nação, como universidade e como indivíduos. Foi com essa importância em mente que, em 2006, a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos criou o Núcleo de Memória da Pós-Graduação e da Pesquisa na PUC-Rio, então unicamente voltado para a pós-graduação. Em 2008, o Núcleo começou a tratar de outras atividades da Universidade, agora entendida em maior amplitude e complexidade, e torna-se o Núcleo de Memória da PUC-Rio.

A experiência de fazer parte da equipe do Núcleo, de estar constantemente em contato com essa memória tão vasta e plural, que a cada dia parece modificar-se e ressignificar-se, foi realmente uma experiência engrandecedora. O trabalho de documentação e cadastro no arquivo do Núcleo, as diversas buscas em documentação - para fins internos ou por solicitação externa - e a pesquisa própria por cada bolsista pensada e estruturada nos puseram em contato com um fazer história que é, também, fazer memória.

O Núcleo não é apenas, como se pretende, lugar de memória e identidade da Universidade, mas é por ele que confluem os diversos caminhos da memória e as mais plurais identidades que a PUC-Rio assume, dependendo de quem fala, de quem vê e de quem vive essa universidade. Seu acervo digital não é estático, mas vivo e dinâmico, sempre atualizado e ressignificado, disponível a qualquer um que necessite recorrer à história da instituição. Disponível à comunidade, ele é referência da memória institucional para toda a PUC-Rio e para pesquisadores de outras instituições e núcleos de pesquisa.

A equipe é coordenada pela professora Margarida de Souza Neves e pelos pesquisadores Silvia Ilg Byington, Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves. Atualmente, integram ainda o grupo o fotógrafo Antônio Albuquerque, e os bolsistas de iniciação científica Rodrigo Lauriano Soares, Milena Pereira, Bruna da Silva e Silva, Caren Caroline Paulo Ferreira, Miguel Alexandre da Costa Azaldegui e André Mesquita Penna Firme.

Este Relatório Anual lista as atividades realizadas pelo bolsista André Mesquita Penna Firme no período compreendido de julho de 2015 a julho de 2016. Divide-se em duas partes: a primeira, o Relatório Técnico, de caráter descritivo, relata as atividades coletivas realizadas pelo grupo de pesquisa e as individuais realizadas por mim. A segunda parte consiste no Relatório Substantivo, isto é, apresenta um texto que consolida o meu trabalho de pesquisa até então.

Relatório Técnico

1 - Atividades em equipe

No período compreendido nesse relatório, o Núcleo de Memória realizou as seguintes atividades em equipe:

01. Reuniões técnicas semanais com a participação de toda a equipe: coordenadores, pesquisadores e bolsistas; tendo como principais metas elaborar projetos, sistematizar a agenda de tarefas, trocar experiências, discutir textos produzidos pela equipe, estabelecer procedimentos metodológicos comuns e sanar eventuais dúvidas sobre a rotina de trabalho;
02. Publicação do acervo através do website do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
03. Produção e edição de conteúdo, textos e imagens, para publicação no website do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
04. Produção do Anuário da PUC-Rio;
05. A equipe do Núcleo de Memória escreve uma coluna para toda a edição do Jornal da PUC. Em 2015 a coluna teve como tema “A PUC-Rio e os 450 anos da cidade”. Esse ano a temática é sobre os funcionários que completam 50 anos de trabalho na PUC-Rio, e cada bolsista em parceria com algum coordenador ficou encarregado de uma crônica;
06. Atendimento a solicitações relativas à pesquisa no acervo, cessão e autorização de uso de documentos e perguntas sobre temas abordados. As consultas, internas e externas à Universidade, são respondidas diretamente pela equipe ou encaminhadas aos setores responsáveis;
07. Identificação de fotografias coletadas e selecionadas para cadastro no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
08. Catalogação e sistematização do material documental através de digitalização e cadastro em metadados no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
09. Realização de seminários teóricos internos com a participação dos componentes da equipe para discussão sobre conceitos de Memória. Esse ano, a equipe trabalhou com os seguintes objetos:
 - 09.1. Seminário realizado em outubro de 2015 sobre o documentário “Nostalgia da luz”. Ele foi utilizado para analisarmos o conceito de memória presente nas cenas sobre o espaço; as mulheres chilenas que perderam seus entes queridos, durante o período da ditadura militar no Chile, e buscam no deserto de Atacama partes de seus corpos; e um sobrevivente cego de uma prisão no mesmo deserto que lembra suas dimensões através dos passos. O seminário trouxe a ideia de que vivemos de memórias, além de auxiliar na compreensão de que a memória se faz no tempo presente. **Nostalgia de la Luz**. Direção: Patricio Guzmán. Local: França/Alemanha/Chile. Atacama Productions, 2010. 90min, som, cor. Para complementar realizamos a leitura do artigo “Memória em três atos” de Eliane Dutra, que apresentou outros temas ligados à memória, prosseguindo a discussão do seminário sobre o documentário. DUTRA, Eliane de Freitas.

Memória em três atos: deslocamentos interdisciplinares. **Revista USP**, n. 98, p. 69-86, jun/jun/ago 2013;

- 09.2. Seminário teórico interno no qual a equipe debateu os dois primeiros capítulos do livro "O Sabor do Arquivo" de Arlette Farge. Discutimos sobre como a autora mobiliza os registros de arquivos policiais da França, no século XVIII, de modo a transverberar esse contexto social. Ao revelar essas situações, Farge mostra ao leitor que os documentos arquivados são como um conjunto de informações que permitem ao pesquisador descobrir novas histórias, crimes e costumes da sociedade da época. Através dessa abordagem, sua pesquisa no arquivo passa a ser interpretada como uma experiência encantadora, ao invés de ser retratada como uma vivência monótona;
- 09.3. No dia 25 de abril, o Núcleo discutiu os dois primeiros capítulos do livro de Angel Rama "A Cidade das Letras". Foi ressaltado a importância, ao ler um texto, de saber quem é o autor, com quem ele dialoga, de onde e quando fala. Discutimos a estratégia do autor de construir uma história intelectual ligada à formação das cidades, e como os grupos letrados, ao longo da formação da sociedade latino-americana, construiu cidadelas letradas baseadas no domínio dos signos. Essas cidadelas, como foi ressaltado pela professora Margarida, possuem vários anéis protetores, e dividem a sociedade naqueles que dominam a língua e a letra, só a língua e nenhum dos dois. Foi ressaltado ainda a forma como tais cidadelas constroem pontes para se relacionar, quando importante, com os vários extratos sociais.;
- 09.4. Seminário realizado pela professora Margarida de Souza Neves, no dia 02 de maio de 2016, sobre conceitos de memória: Com o intuito de apresentar possíveis ferramentas teóricas para os projetos de PIBIC dos bolsistas e aprofundar o debate sobre a memória entre os membros do Núcleo, a professora introduziu distintos autores que versam sobre o tema, entre eles, Gilberto Velho, Pierre Nora, David Lowenthal, Tzevetan Todorov, Jacques LeGoff, Paolo Rossi e outros. Com um caráter mais expositivo, o seminário trouxe noções fundamentais sobre o assunto, e propôs relações entre elas. Entre distintas formas de se pensar a memória, influenciadas pelos múltiplos campos do conhecimento representados pelos autores, tivemos, por exemplo, entendimentos que trazem a geografia como forma explanatória, como Lowenthal propõe ao falar do passado, transpassado pelos caminhos da história e memória, esta vista como país estrangeiro que deve ser explorada e descoberta. Ou também, através da antropologia, com Gilberto Velho que analisa as relações orgânicas entre a memória, identidade e projeto, e como estas se constituíram com o advento das sociedades modernas individualistas. O ponto comum, que pode-se enxergar em meio a múltiplos saberes, é que memória é uma construção do presente, e que a consciência de seus usos e potenciais, é fundamental para que não se cometam abusos e não se limite as possibilidades do futuro. Contamos com a participação especial da mãe do bolsista André M. Penna-Firme;
- 09.5. Seminário realizado pelo bolsista André M. Penna-Firme no dia 11 de julho sobre o artigo "Memória, identidade e projeto" do Gilberto Velho. Foi entendido que seria de auxílio à maioria dos bolsistas, que à altura do seminário estavam na reta final de escrita de seus relatórios para as Jornadas de Iniciação Científica de 2016, a discussão sobre os conceitos que Gilberto Velho relaciona em seu texto.

Foi feita uma breve apresentação da estrutura do texto e como os conceitos são postos em jogo, para que em seguida fosse aberto um debate sobre estas categorias, tão complexas independente de o quanto nos relacionemos com elas todos os dias. A professora Margarida atentou para o caráter não natural da memória, e como essa presentifica o passado assim como os projetos trazem ao presente o futuro. Foi chamada atenção também para o cuidado ao se fazer a distinção entre a memória no mundo moderno individualista, como diz Velho, e a mesma em sociedades tradicionais, holísticas, e que não se pode pensar nesta como mais verdadeira que aquela, a partir do momento que se entende que toda memória é construção de narrativa e escolha, mesmo inconsciente, daquilo que se lembra. Na discussão foi ressaltado que memória, como o presente do passado, projeto, como o presente do futuro, e identidade se relacionam mutuamente e se influenciam ao passo que são influenciados, e que os três, apesar de transportarem tempos e experiências, acontecem somente no presente.

10. O Núcleo de Memória está produzindo este ano um livro sobre as obras de arte da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, localizada no *campus* da PUC-Rio, e os bolsistas em parceria com os coordenadores se dividiram na produção dos capítulos os capítulos;
11. Consulta a professores, pesquisadores, ex-alunos e funcionários administrativos para coleta e aferição de documentos e informações pesquisadas.
12. Produção dos cartazes com a linha do tempo produzida pelo Núcleo de Memória para serem apresentados na comemoração de 10 anos do mesmo, bem como a publicação do memorial do professor Luiz Fernando Gomes Soares com introdução da professora Margarida de Souza Neves.

2 – Atividades individuais realizadas por André Mesquita Penna Firme

No período entre julho de 2015 a julho de 2016, realizei as seguintes tarefas:

I. Cadastro de metadados das fotos do acervo do Núcleo de Memória no website

O estágio no Núcleo de Memória da PUC-Rio pressupõe, dentre outras coisas, o auxílio na catalogação e organização do acervo. O cadastro de registros e acervos de fotos faz parte do trabalho dos bolsistas.

Encontro Infânturas promovido pela Cátedra UNESCO de Leitura no anfiteatro Junito Brandão. 2012. Fotógrafo Antônio Albuquerque. Acervo Núcleo de Memória.



am0008_002

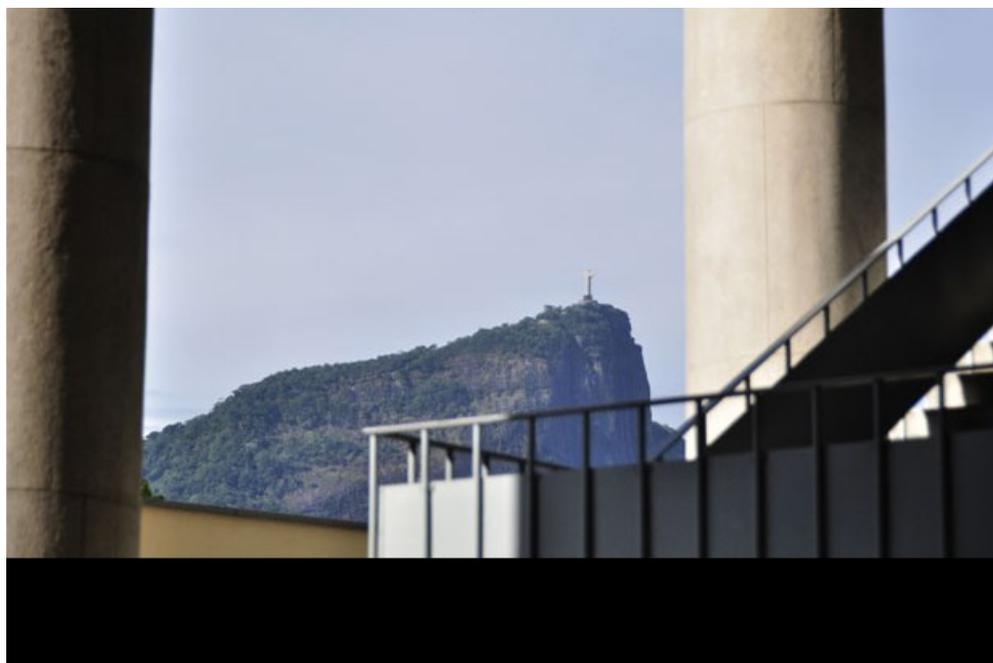
PUC-Rio - Núcleo de Memória - 2014 - Todos os direitos reservados

II. Publicação de artigo no Jornal da PUC

O Núcleo de Memória publica uma série de artigos, intitulados “Crônicas de Memória”. No ano de 2015, por ocasião do aniversário de 450 anos do Rio de Janeiro, a série foi intitulada “A PUC-Rio e os 450 anos da cidade”. Publiquei, junto com o bolsista Matheus Targuêta, a crônica intitulada “Braços abertos sobre a Guanabara”, para a edição 294 do dia 28 de setembro de 2015.

Braços abertos sobre a Guanabara

Crônicas de Memória: A PUC-Rio e os 450 anos da cidade



O Cristo Redentor Visto dos pilotis do Edifício Cardeal Leme (2014)

A estátua que hoje é símbolo da cidade do Rio de Janeiro, uma das sete maravilhas do mundo moderno e principal cartão postal brasileiro pode narrar uma interessante história. Para compreendê-la é preciso ouvidos curiosos e atentos ao movimento dos homens no tempo, que fizeram surgir no alto do morro do Corcovado o “Monumento ao Cristo Redemptor”.

Inaugurado em 1931, o novo símbolo da cidade representava uma proposta de unidade nacional sob a identidade católica. À época, a Igreja empenhava-se em retomar influência junto ao Estado, que, após a laicização com a proclamação da República, perdera consideravelmente. Esperava-se que Cristo, agora incrustado na capital do país, redimiria

uma nação atormentada por mazelas, rumo a um futuro de horizonte cristão.

Este esforço de recatolização, posteriormente denominado “Restauração Católica”, empreendeu projetos que a Igreja há tempos planejava. Assim como a ideia de uma estátua de Cristo na cidade, também o projeto de uma universidade católica era recorrente desde o século anterior. Tal universidade, que tem seus primeiros passos em 1940 com a fundação das Faculdades Católicas, respondia aos anseios de uma proposta educacional cristã por oposição àquela laica e liberal, representada pelos Pioneiros da Escola Nova. Assim como o monumento do Corcovado, aos olhos de seus idealizadores, a PUC-Rio surgia redentora nos corações e nas mentes de uma elite intelectual católica.

O Cristo Redentor e a PUC-Rio, ainda que compartilhem um contexto fundacional comum, hoje ocupam lugares distintos no imaginário coletivo. O projeto de cristandade idealizado inicialmente foi reinterpretado e ressignificado, e não mais figura no horizonte daqueles que os frequentam. Cada um, porém, carrega um significado singular, que pode não ser mais tão doutrinário, mas com certeza será sempre carioca.

André Penna Firme
Matheus Lima Targuêta
Núcleo de Memória da PUC-Rio

III. Elaboração de um texto para o Concurso Rio de Janeiro: 450 anos

Com o intuito de participar do concurso de monografias “Rio de Janeiro: 450 anos”, promovido pela Vice-Reitoria Acadêmica da PUC-Rio, elaborei um texto, intitulado “Do Alto do Corcovado ao Outeiro da Penha”, no qual analiso a construção de dois marcos, de dimensões e simbologias diferentes, no contexto da Ação Católica, e como estes, a saber, o Cristo Redentor e o Cruzeiro da Universidade, se inserem na construção de um discurso que tem como base a reivindicação de uma memória e a formação de uma identidade para o Brasil, de cunho católico. Abaixo seguem as duas primeiras páginas.

DO ALTO DO CORCOVADO AO OUTEIRO DA PENHA

André M. Penna-Firme

Desde as oito horas, os jornalistas esperavam o trem que traria as autoridades convidadas a tão solene evento que ali se realizava. Ao dia doze do décimo mês do ano de 1931, às dez horas, chegava ao alto do Corcovado a comitiva de Getúlio Vargas e do cardeal Dom Sebastião Leme para a cerimônia de bênção da estátua do Cristo Redentor. Idealizada nove anos antes, a imagem de Cristo Rei finalmente passaria a configurar a paisagem da cidade capital como um marco cultural e arquitetônico. Do alto do Corcovado, a estátua olhava para a capital com seu olhar acalentador e conversava com a cidade.



Inauguração do Cristo Redemptor. 1931. Fotografia desconhecido. Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro.

Pouco mais de dez anos depois, às dezesseis horas do dia dezesseis de novembro de 1941, Dom Sebastião Leme chegava também a uma solene cerimônia, talvez sem a suntuosidade e a grandeza daquela de dez anos antes, num morro menor e com menos olhos atentos a esta outra inauguração, mas não por isso menos significativa e importante no cenário nacional. O cardeal chegava ao outeiro da Penha. A venerável Irmandade de Nossa Senhora da Penha de França fez erguer, em suas imediações, um “artístico e simbólico cruzeiro” [1] para homenagear a fundação, no ano anterior, das



O pároco da Igreja da Penha Monsenhor Alves da Rocha e fiéis junto ao Cruzeiro da Universidade no dia de sua inauguração, em 16 de novembro de 1941. Fotógrafo desconhecido. Acervo da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Penha de França.

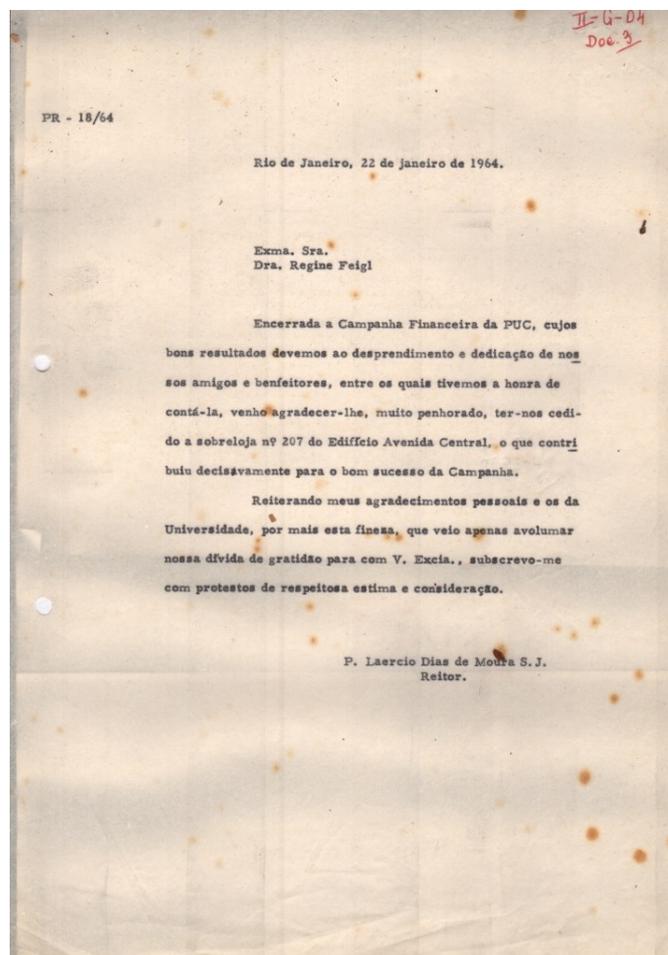
Faculdades Católicas, primeiro núcleo da futura Universidade Católica que se formava no Rio de Janeiro. O Cruzeiro da Universidade, como foi denominado, assim como o Cristo Redentor, representava as aspirações e os desejos de uma catolicidade cada vez mais atuante no cenário nacional. A Restauração Católica, que a partir dos anos 1920 começa a atuar de forma significativa no cenário nacional e urbano, e que redefine o lugar de atuação e as aspirações de uma Igreja Católica que precisa se adequar à modernidade cada vez mais palpável na realidade brasileira, cria imagens e dá frutos não apenas

simbólicos, mas de concretude inegável.

Quando Dom Leme, ao proclamar, dando a bênção à estátua no Corcovado, que “Cristo reina, impera e livrará o Brasil de todos os males”, suas palavras não têm teor apenas religioso, mas se entranham na trama simbólica do político, do social e do imaginário coletivo. À Cristo, visto como um Rei, seria dado um “trono” na mais alta montanha da capital federal. A estátua de Cristo Redentor não somente representa e espelha a força do episcopado e do laicato católico, mas ele em si é um discurso que reivindica um lugar e uma atuação da catolicidade no que é o nacional. Ser católico passa a ser visto como um sinônimo de ser patriótico.

IV. Pesquisa nas pastas da Reitoria sobre o Conselho de Desenvolvimento e sobre Regine Feigl.

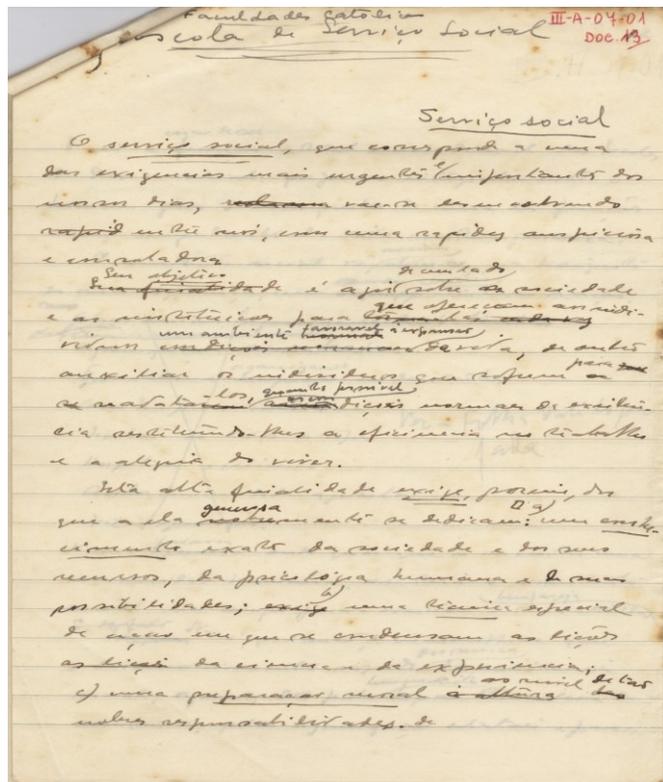
Em janeiro de 2015 foram solicitadas pelo pesquisador mestrando em História Social da Universidade de São Paulo, Diego Batista Penholato, informações sobre José Garrido Torres. Este economista foi o primeiro Vice-Reitor de Desenvolvimento da PUC-Rio e secretário do Conselho de Desenvolvimento. A partir desta informação, foram solicitadas todas as pastas relativas ao Conselho de Desenvolvimento do arquivo da Reitoria. Esta pequena pesquisa desenvolveu-se em um trabalho mais intenso de catalogação dos arquivos do Conselho de Desenvolvimento (CONDES), encarregada a mim e ao bolsista Miguel Azaldegui. Outra solicitação feita por Rafael Boffa e Syllas Andrade, produtores da Camera2 Vídeo e Filmes, nos direcionou a pesquisar sobre a relação de Regine Feigl e a Universidade, sendo ela uma contribuinte das campanhas de arrecadação da PUC-Rio. Esta pesquisa se deu tanto nos arquivos do CONDES como em pastas de arquivos sobre doações à PUC-Rio no geral.



Ofício do Padre Reitor Laércio Dias enviado à Regine Feigl, agradecendo pelo empréstimo da sobreloja do edifício central, para a realização da campanha financeira da PUC. Arquivo da Reitoria. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

V. Pesquisa sobre o Instituto Social

Devido à solicitação da pesquisadora Ana Paula Vosne Martins, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, fui encarregado de fazer um levantamento das referências ao Instituto Social e da Escola de Serviço social - que se inaugurava na PUC-Rio em 1944 - na documentação, já presente no acervo do Núcleo, do Pe. Leonel Franca, fundador e primeiro reitor da Universidade.



Manuscrito do padre Leonel Franca em que fala sobre a Escola de Serviço Social, ainda não fundada. Sem data. Arquivo da Reitoria. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

VI. Pesquisa para o Seminário de Iniciação Científica da PUC-Rio (PIBIC)

O estágio no Núcleo de Memória implicou também na pesquisa para o Seminário de Iniciação Científica da PUC-Rio. Iniciei minha pesquisa buscando artigos, livros e publicações referentes ao movimento de restauração da Igreja Católica. Meu foco de interesse se tornou o campo de atuação e de relações de Alceu Amoroso Lima como exemplo da construção da imagem do intelectual católico nas décadas de 1920-40, relacionando a mesma com o período no qual está inserida. Através de uma pesquisa em cartas, publicações e análises de historiadores, sociólogos e críticos literários, o presente trabalho resultou o levantamento de uma hipótese a ser aprofundada na continuação desta pesquisa. A partir da análise e das leituras empreendidas no período deste relatório, o Relatório Substantivo abaixo foi elaborado.

Relatório Substantivo

O ALCEU DA ENCRUZILHADA: INTELLECTUAIS E RESTAURAÇÃO CATÓLICA NAS DÉCADAS DE 1920-1940

Aluno: André Mesquita Penna Firme

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Eduardo Gonçalves

Introdução

O aluno que anda pelo *campus* da PUC-Rio, ao caminhar por suas vias, passagens e alamedas, encontra-se imerso, se olhar com olhos de ver, em um labirinto de signos que sobreposto ao espaço físico formula um discurso e apresenta-se como um rosto moldado através dos tempos, um mapa da memória que constrói a identidade da Universidade.

Encontrando-se nos pilotis que tanto representam a PUC-Rio, esse aluno pode apreender da materialidade das edificações que acima dele se erguem aos céus, evidências das relações da Universidade com o mundo. O Edifício da Amizade faz recordar, na ala que leva o nome do cardeal alemão Joseph Frings, os acordos de cooperação científica e acadêmica com a Igreja e o governo alemães. A ala Kennedy, onde está localizado o busto do presidente americano John F. Kennedy, remete às relações com os EUA no contexto dos anos 1960. Ao cruzar o rio Rainha e chegar à outra ala de pilotis depara-se com o maior e primeiro edifício do *campus*, batizado com o nome do cardeal Sebastião Leme em homenagem àquele que foi marcado na história da Universidade não só como um de seus fundadores, mas também mentor e grande realizador.

Mal pode aquele aluno saber, se não lê propriamente o *campus* simbólico sobre o qual caminha, a relação direta que o prédio Leme tem com o prédio conhecido como o do restaurante Couve Flor – o edifício Padre Leonel Franca. As duas construções se encaram numa relação de passado que a memória tratou de assinalar no tecido físico da instituição. O padre Franca, primeiro reitor e fundador das então Faculdades Católicas que começavam seus trabalhos em 1940, além de ser transformado em signo e transportado ao labirinto do *campus* simbólico, é também homenageado com um medalhão localizado na entrada da PUC-Rio pela Rua Marquês de São Vicente junto aos bustos do Padre Anchieta e o do Padre Antonio Vieira.

Uma outra figura importante na história da PUC-Rio e que completa a tríade de homens que tornaram possível a fundação da instituição pela qual nosso aluno, aparentemente sem aulas e com tempo disponível, caminha sem se cansar, é a de Alceu Amoroso Lima. Pensador e crítico literário brasileiro, também reconhecido pelo pseudônimo Tristão de Athayde e que ficou lembrado principalmente por seu embate contra a ditadura militar, denunciando seus escândalos e divulgando relatos de tortura, Alceu liderou, nas décadas de 1930 e 1940, os leigos católicos num movimento intelectual de grande magnitude, que em pouco tempo se tornaria força expressiva no cenário político nacional.

Nenhum lugar seria melhor do que a Vila dos Diretórios para receber o nome de um intelectual ligado aos novos movimentos e em contato direto com as novas gerações. Apesar do erro cometido no momento de compor a sinalização do local, que resultou na instalação da placa com o nome da empresária e benemerita Regine Feigl – outra personalidade na

memória construída da Universidade -, o nome de Alceu, ou pelo menos seu espírito, continua presente em cada uma das casinhas que sediam diversas atividades acadêmicas e comunitárias.

Nenhum lugar poderia ter sido tão bem nomeado quanto a Alameda Alceu Amoroso Lima, simplesmente pelo fato de que tantas são as casas da vila quanto foram os Alceus ao longo de sua vida. Fato é que Alceu teve sua trajetória profundamente marcada pelas mudanças e rupturas em sua vida intelectual. O Alceu estudante, o Alceu modernista, o Alceu da ditadura e da teologia da libertação, o Alceu do humanismo católico, o Alceu reacionário. Várias são as facetas que assumiu ao longo de seus anos de atividade literária.

Essa pesquisa, a partir de uma argumentação que vai do macro ao micro, do geral ao particular, toma-o como um fio condutor e um suporte no qual o modelo de intelectual do período foi construído. Das várias casas que compõem a vila de diretórios que é Amoroso Lima, uma foi abrigo em especial: o Alceu da encruzilhada.

O Alceu daquele momento de decisão, no qual a covardia da posição conciliadora, como ele diz, deveria ser abandonada, o momento em que o homem seria impelido a decidir e a agir. Este foi o momento de sua conversão, em 1928. Talvez a mais expressiva de suas rupturas, após anos de trocas epistolares com Jackson de Figueiredo, que através de debates, frustrações e desabafos, empreendeu forte ação doutrinária sobre o crítico. Sob a influência de Jackson e Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima foi arregimentado pelas fileiras militantes de um laicato católico que se estruturava como presença marcante no cenário intelectual nacional. Sobre esse momento, salta aos olhos a afirmação de Alceu:

Se não fosse católico, seria comunista. É que a época é de militantes. Cada vez mais se admite menos a existência dos furta-cores ou dos multicores. A gente é ou não é. Não é possível, hoje, ao intelectual [...] aquele alheamento que já foi regra e chegou a ser orgulho da irritável classe. Agora tudo é ação social. Queira ou não queira, o homem é empurrado para a encruzilhada, posto diante do dilema: tem que decidir, os problemas se apresentam como de vida ou de morte. E chega por isso o momento em que o instinto de defesa acaba vencendo a covardia e o comodismo [1].

A atuação e os discursos de Amoroso Lima revelam não somente suas ideias, mas os meios e os modos de atuação compartilhados pelos círculos intelectuais católicos, assim como por outros grupos que disputavam espaço nas decisões sobre o futuro do Brasil. Naquele momento, em que tantos brasis estão em jogo, a disputa da nacionalidade e os tempos modernos constroem o intelectual não apenas como extrato separado dos meios de produção e administração social, mas o impelem a agir, posicionar-se em relação aos possíveis futuros, e por isso mesmo, em relação aos passados. Através da construção de suas identidades e memórias, os grupos intelectuais católicos não só negam a modernidade como ao reagirem a ela, atuam efetivamente como modernizadores da tradição que se busca defender.

Para isso, em primeiro lugar, vale uma breve apresentação das mudanças ocorridas na Igreja a partir da Proclamação da República e como esta instituição aglutina em torno de si e dá unidade ao grupo de intelectuais católicos militantes, além de ressaltar a forma como Alceu está inserido como agente mobilizador e de liderança, a partir da sua conversão e da morte de Jackson de Figueiredo, em 1928. Em seguida, a análise do *topos* intelectual que é construído no modernismo encontra em Alceu expressão destes novos tempos e leva à análise do discurso que fundamenta a Ação Católica, sem, no entanto, ser restrito a ela.

Assim como o aluno peregrino no *campus*, ao pesquisador cabe seguir as veredas da memória, cruzar os caminhos dos homens no tempo, ressignificar os símbolos em que se transformaram e esperar que tenham algo para dizer a nós que vivemos em tempos tão conturbados.

A Restauração Católica

O início do século XX viria a redefinir a forma como a Igreja Católica se relacionava com a sociedade, tanto no nível do poder administrativo como no que se refere à sua ação na sociedade. A modernidade que trazia ares novos, que anunciava profundas e incessantes mudanças, colocou em questão o lugar tradicional por ela ocupado, pôs novos agentes em jogo, ressignificou signos, discursos e espaços, e se dispôs a acabar com o que considerava ser o velho mundo, propondo novos aromas e novos sabores. Se em 1870 a sociedade brasileira pressente as transformações políticas, econômicas e sociais em curso, pode-se dizer que a partir da Proclamação da República em 1889, com a separação entre Igreja e Estado e a adoção de ideais liberais e positivistas pelos grupos governantes, essas mudanças começariam a ser intensamente percebidas, pelo menos no que se refere ao lugar da Igreja na nação tropical que dava novos primeiros passos. Os projetos de modernização eram carro chefe da tentativa nacional de se adequar aos novos tempos, provocando alterações profundas no tecido urbano e social do país e de sua capital. O Rio de Janeiro ganha caráter singular e as mudanças estruturais na cidade preconizam uma nação modernizada, em consonância com os novos tempos.

A perda da posição que a Igreja mantivera desde tempos coloniais afetou profundamente não somente sua influência nas altas decisões de Estado, como a deixou à sua própria sorte em termos de desenvolvimento e influência. Dando fim a anos de história do padroado, a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, advinda dos ideais liberais que defendiam um Estado laico, reverbera intensamente não apenas no interior desta, mas, a longo prazo, no próprio sentido do que é a catolicidade brasileira.

Os anos que se seguem à Constituição de 1891 são um período de redefinições para a hierarquia católica que não estava preparada ou estruturada para constituir-se em um agente político autônomo, deslocada das instâncias administrativas. A Igreja perde, sua força e influência frente às questões nacionais de cunho político ou social antes tão presentes em suas diretrizes. Tania Salem afirma que “os dois primeiros decênios do regime republicano são caracterizados pela letargia e passividade nos meios católicos brasileiros” [2]. Dom Sebastião Leme, em sua Carta Pastoral de 1916, ao tomar posse como arcebispo de Olinda, chama a atenção para o “marasmo atrofiante” no qual se encontravam os meios católicos após a proclamação da República:

Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. Leigas são as nossas escolas; leigo o ensino.

E conclui:

Sim, ao católico não pode ser indiferente que a sua pátria seja ou não aliada de Jesus Cristo. Seria trair a pátria! Eis por que, com todas as energias de nossa alma de católicos brasileiros, urge rompamos com o marasmo atrofiante com que nos habituamos a ser uma maioria nominal, esquecida dos seus deveres, sem consciência dos seus direitos. É grande o mal, urgente é a cura. Tentá-lo – é obra de fé e ato de patriotismo. [3]

A carta pastoral de Dom Leme é tida por muitos como o escrito fundacional do que viria a ser a restauração católica no Brasil. Nela, o então novo arcebispo de Olinda elabora as bases do movimento restaurador que tomaria força alguns anos depois, principalmente após a sua mudança para o Rio, quando nomeado bispo coadjutor do Cardeal Arcoverde.

Este distanciamento, por outro lado, deu à Igreja uma liberdade nunca antes experimentada pelos religiosos brasileiros. Se por um lado a Igreja não estava mais diretamente ligada ao Estado, este também não tinha mais jurisdição alguma acerca das decisões eclesiais como outrora, e ela se viu livre das restrições que eram impostas pelo poder imperial. As duas primeiras décadas da República são, por esse motivo, marcadas por

um intenso aumento do número de ordens religiosas, que com a queda do padroado puderam se instalar de forma mais autônoma em território brasileiro. O país fora aberto a essas diversas ordens religiosas, vindas principalmente da Europa. É neste momento que o ensino religioso na escola básica ganha corpo no Brasil. O aumento dos institutos religiosos masculinos e femininos é expressivo. Hospitais e colégios católicos são as principais contribuições de tais institutos que permitiam a instalação consistente destas novas ordens em território nacional.

Esta situação inicial, ao longo das primeiras décadas da República, abrirá espaço para uma série de tensões entre os governos e os grupos religiosos. Com a falta de auxílio vinda do Estado, a Igreja estreitará seus laços com a Santa Sé, o que se expressa, entre outros aspectos, pelo aumento considerável do número de bispados e arcebispados do país: se em 1850 havia no Brasil um arcebispado e nove bispados; já em 1963 o país contava com vinte arcebispados e 112 bispados [4]. O ideal romanista, devido a esse estreitamento, se difunde ainda mais em território brasileiro como forma supostamente mais eficiente de manutenção da Igreja. Herdeiros do pensamento ultramontano, como afirma Riolando Azzi [5], os romanistas viam na Igreja uma instituição por definição internacional e por isso acreditavam na ligação direta de suas ramificações com Roma, através de instituições que se reportassem ao vaticano. O crescimento do número de ordens independentes que os primeiros anos da República possibilitaram foi terreno fértil para tais ideias.

O núcleo central desse pensamento gira ao redor da instituição eclesiástica, que deve ser prestigiada e fortalecida de modo absoluto, sem aceitação de qualquer tipo de crítica. Portadora dos meios de salvação, essa Igreja hierarquizada e comandada pela Santa Sé continua a constituir um bastião da ordem social conservadora, opondo-se tenazmente a todos os movimentos de caráter político, econômico ou social que apresentem projetos de alterações significativas nas estruturas vigentes. [6]

Esse pensamento, que suprime o caráter nacional da Igreja e ressalta sua dimensão universal, acabou por ser articulado por um episcopado que, apesar de em sua maioria romanista, era sensível à realidade brasileira e à suposta necessidade de intervenção por meio da moral católica. A defesa da hierarquia – tanto eclesiástica quanto política-, da autoridade e da ordem estavam no cerne do pensamento católico e de seu itinerário no início do século.

Outra característica marcante do pensamento romanista é a diferenciação entre, segundo este pensamento, os verdadeiros católicos, praticantes, e aqueles que o são apenas por tradição. A partir desta diferenciação, como ressalta Azzi, os “católicos praticantes passam a constituir a ponta de lança da Igreja, a fim de exigir do Estado o reconhecimento dos direitos que a hierarquia eclesiástica pretende reivindicar para a sua atuação mais completa na sociedade brasileira” [7]. Estes católicos praticantes seriam aqueles à frente da luta pela moral e pelos ideais católicos, tanto na educação e nas classes intelectuais, quanto no mundo do trabalho, através dos círculos operários.

A partir daí, dá-se o início da mudança de posição da Igreja frente ao mundo que viria a ser chamada de Restauração Católica. Segundo afirma Azzi, “a Igreja passa de uma posição declaradamente defensiva, típica da mentalidade do século XIX, para uma nova atitude de conquista espiritual do mundo” [8]. O esforço do clero a partir dos anos 1920 será dirigido à busca de uma relação com o Estado não mais de vinculação direta, mas de colaboração mútua.

Assim como é importante ressaltar as peculiaridades dos rumos que a Igreja tomou no Brasil neste período, torna-se imprescindível destacar como esta realidade era presente a nível internacional. Desde a Revolução Francesa, o catolicismo vinha perdendo gradualmente sua influência, outrora hegemônica em países de tradição cristã, no cenário político e social, devido ao avanço de ideias liberais e laicizantes. Se no Brasil tem-se a carta pastoral de Dom Leme como ato fundador, pode-se dizer que a encíclica *Rerum Novarum* carrega essa dimensão no cenário internacional. Nela, o papa Leão XIII dá as bases do que viria a ser a Doutrina Social da Igreja, cerne formador do pensamento católico e sua atuação no Estado e

na sociedade até pelo menos as décadas de 1940 e 1950. Nela, o sumo pontífice se posta frente às coisas novas que trazia a modernidade, e discorre sobre as errôneas tentativas de solução propostas. Quarenta anos depois, em 1931, o papa Pio XI, que tinha como lema de seu pontificado “restaurar todas as coisas em Cristo” [9], escreve a encíclica denominada *Quadragesimo Anno*, propondo atualizar, em face dos novos contextos que se revelavam, as propostas de Leão XIII. O autor Carlos André Silva de Moura afirma que:

Desde os escritos de Leão XIII, as cartas pastorais, encíclicas e bulas papais passaram a orientar os religiosos para a sacralização da política e para a mudança de postura dos eclesiásticos em relação aos movimentos sociais, abandonando a posição defensiva da Igreja Católica para ações mais ofensivas. Os documentos destacaram a importância do clero nos debates políticos e demonstraram os ‘perigos’ de uma nação laica. [10]

Isso é visto, com efeito, nos escritos de Antonio Gramsci sobre a Igreja, em que percebe a mesma na modernidade como um ator – dentre muitos - no cenário político e intelectual: “A Ação Católica assinala o início de uma época nova na história da religião católica: quando ela, de concepção totalitária, torna-se parcial e deve possuir um partido próprio” [11]. Gramsci analisa a aproximação entre a Igreja e o governo fascista que sobe ao poder na Itália no início do século XX, e como esta, vendo-se deslocada do poder e atuando como mais um grupo ideológico, busca atuação mais profunda na sociedade por meio da militância católica e da atuação de seus agentes – tanto bispos e padres quanto intelectuais e literatos - nas questões nacionais.

O termo “Restauração” é tema de uma das encíclicas do Papa Pio X, que afirma: “Proclamamos que Nós não temos nenhum outro programa no Supremo Pontificado, que não o ‘de restaurar todas as coisas em Cristo’ (Ef. I., 10), de modo que ‘Cristo seja tudo em todos’ (Coloss. Iii, 2)” [12], e se torna lema do pontificado de Pio XI, a partir da década de 1920.

Acerca do termo “restauração”, Azzi afirma:

É necessário precisar bem o significado do termo “restauração”. [...] trata-se, em primeiro lugar, de dar ao objeto um aspecto novo, uma nova apresentação em vista do desgaste do tempo; em segundo lugar, essa nova face deve ser moldada pelo seu aspecto primitivo. [...] O termo “Restauração Católica” tem um sentido análogo. Não se trata de introduzir novas perspectivas ou novas orientações na vida da Igreja, mas fundamentalmente em reconduzir a instituição eclesiástica a um modelo antigo. [13]

Através de uma remodelação na forma como atuam na sociedade e em sua posição perante as classes dirigentes, os católicos irão agir para que “a fé católica volte a ser um dos elementos constitutivos da sociedade” [14]. O clero busca a restauração da cristandade que teria sido perdida na modernidade. Esta cristandade, porém, não pode ser a mesma de outros tempos. Frente ao mundo moderno, a Igreja precisa reformular seus paradigmas e atuar de forma a constituir uma nova cristandade através da moralização e da hierarquia. A Igreja Católica, termo que nesse momento se restringia à hierarquia eclesiástica, não estaria mais atrelada diretamente ao Estado, mas constituir-se-ia um regime de mútua colaboração entre ela e o poder vigente. Buscava-se, como defende Azzi, uma “neocristandade” [15], na qual a ordem seria retomada através da comunhão em Cristo e as forças liberais seriam derrotadas.

Recusando todos os movimentos políticos e artísticos que não tivessem no catolicismo como seu prisma de tradição, Jackson de Figueiredo, fundador da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital estava à frente do grupo de intelectuais que na década de 1920 começaram a se formar. A revista, que fora criada em vistas a formar essa elite intelectual católica e a participar dos debates acerca do futuro da nação nos meios políticos, trazia uma ideologia profundamente baseada nos princípios de autoridade e ordem, que tomaram forma mais concreta no pensamento jacksoniano. Fundada por um pequeno grupo de intelectuais e sem nenhum capital inicial, a revista *A Ordem* foi idealizada por Jackson como uma forma de

expor as ideias católicas em vista a “trabalhar para a Igreja”, como lembra Hamilton Nogueira, um dos cinco convidados ao Café Gaúcho naquele agosto de 1921, quando Jackson primeiro expôs seu desejo de criar um periódico que difundisse o ideário dos leigos militantes [16]. Até 1928, quando Figueiredo falece e é substituído por Alceu Amoroso Lima, A Ordem mantém uma posição extremamente combativa e fortemente incisiva nas questões políticas e sociais do cotidiano. “Um cangaceiro amarrado à Igreja”, como ele mesmo se definia [17], o sergipano de temperamento firme e por vezes explosivo empreenderia uma ação calcada em um discurso moralizador, de defesa da ordem e dos costumes católicos tradicionais. Margareth Todaro, ao falar de Jackson de Figueiredo, analisa:

Jackson acendeu um poderoso movimento católico baseado no conceito de regeneração moral nacional e na mobilização dos intelectuais católicos. Sua orientação europeia coincidiu com a dos intelectuais católicos da classe alta, que não foram influenciados pelos movimentos nativistas da época. As soluções que ele propôs para um Brasil sitiado não diminuíram – ao contrário, ampliaram – a confortável relação com o governo, recentemente conquistada com dificuldade. Em poucas palavras, Jackson deu à elite da Igreja o que ela queria. [18]

Ao formular soluções para a situação do Brasil, vista entre outros fatores como proveniente de uma degeneração moral e espiritual da nação, “esse grupo de pensadores católicos se pretendia a única alternativa válida entre um regime ‘liberal’ moribundo e a ‘catástrofe’ comunista” [19].

Durante a década de 1920, Dom Leme empreendeu um esforço enorme de aproximação da hierarquia eclesiástica com o Estado. Os governos da fase final da Primeira República tiveram na Igreja – principalmente na figura carismática do arcebispo – uma aliada na legitimação de suas políticas e de suas instituições junto à população. Em 1924, em banquete no Itamarati em comemoração ao jubileu do cardeal Arcoverde, é explicitada a vontade do governo federal e do presidente Arthur Bernardes de manter relações de reciprocidade com o clero católico [20]. Em decorrência da crise e decadência da credibilidade da Primeira República nos governos Arthur Bernardes e Washington Luís, a aproximação com o clero se manifesta numa busca legitimação e reafirmação de autoridade. Nesse sentido, Guilherme Arduini, em seu livro “Em Busca da Idade Nova”, afirma que “mais que um processo de crise e de perda de influência, a Primeira República significou para a Igreja um momento de reconstrução” [21].

Ao reivindicar o espírito católico nas questões nacionais e criticar o afastamento da nação em relação aos ideais católicos, Dom Leme e Jackson de Figueiredo trazem à luz dois aspectos principais desse momento de reconstrução. O primeiro é a mudança significativa do lugar de fala da Igreja Católica em relação ao século anterior, que assume uma posição de atuação e militância numa sociedade, como afirma Dom Leme em sua carta pastoral, cada vez mais afastada dos ideais cristãos. Em segundo lugar, esta alteração do lugar de fala e do lugar de atuação da Igreja significa uma mudança expressiva no que é a identidade da própria Igreja Católica.

O ano de 1922, no qual foi criado o Centro Dom Vital, foi de extrema importância e peso simbólico no cenário intelectual e político brasileiro. As comemorações do Centenário da Independência foram marcadas por manifestações das mais variadas e expressões de grupos com projetos distintos de nação. A Revolta do Forte, expressão do movimento tenentista, a Semana de Arte Moderna em São Paulo e a Criação do Partido Comunista Brasileiro são os mais expressivos dentre os inúmeros eventos que se deram neste ano. Com efeito, o poder simbólico do centenário ganhou ainda maior relevo mediante a crise pela qual passava a Primeira República. O modelo oligárquico-rural fundamentado na economia cafeeira enfraquecera, ao passo que uma nova burguesia, urbana, se formava.

As tensões deste período se mostravam favoráveis à penetração cada vez mais marcante da ideologia católica nas classes dirigentes [22]. Criado para angariar fundos para a revista *A Ordem*, o Centro Dom Vital é expressão de uma intelectualidade católica incipiente. Além dele, no mesmo ano é fundada a Confederação Católica, que pretendia ser “um órgão coordenador e dinamizador do apostolado leigo” [23], e o Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro, em 1922, composto por inúmeras missas campais, adorações e passeatas, e que recolhe as assinaturas para que fosse erguido, no coração da capital brasileira, o monumento ao Cristo-Redentor, que ficaria pronto apenas nove anos depois. O congresso foi uma expressiva demonstração da força social da religião católica [24], e a construção do monumento, autorizada pelo governo federal, foi inédito ato de força e de expressivo valor simbólico. Guilherme Arduini, ao comentar o trabalho de Romualdo Dias, ressalta: “Dias expõe ainda como o poder simbólico dessas ocasiões não pode ser negligenciado e complementa a formação doutrinária realizada pelos intelectuais católicos” [25]. É importante entender estes atos de valor simbólico e discurso imagético como expressão da força no empreendimento de doutrinação católica. Como será visto mais adiante, paralelo aos discursos intelectuais, e permeando esses, os discursos simbólicos, como aquele que o Cristo Redentor entoa do alto do Corcovado, ou o das missas campais e festividades religiosas, que penetrando nos recônditos da vida e do cotidiano levam ao cidadão comum o discurso da Igreja, são de capital importância para se entender as aspirações e a base de pensamento do grupo católico naquele momento.

Ao longo da década de 1920 inúmeros eventos e ações do episcopado irão marcar a atuação do grupo católico na sociedade. Eventos organizados por Dom Leme como a Páscoa dos Militares, a Semana do Catolicismo e a Semana Missionária foram os meios pelos quais a Igreja, paulatinamente, mostrou sua força no âmbito social. Ao passo da crescente visibilidade eclesiástica e proximidade de seu líder mais expressivo com o governo federal, a intelectualidade católica tomava forma a partir do Centro Dom Vital dirigido por Figueiredo que, no entanto, morreria súbita e precocemente em 1928.

O escolhido para ser seu sucessor à frente do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem* foi o crítico literário e recém convertido Alceu Amoroso Lima. Apesar de convertido naquele mesmo ano, Alceu tinha uma longa relação epistolar com Jackson, com quem trocava correspondência desde 1919. Nas cartas, Alceu abre suas angústias e suas dúvidas para o homem que viria a ser seu principal mentor e o responsável por sua conversão em 1928. Fato é que Alceu passou, na convivência com Jackson de Figueiredo, por um longo e paulatino processo de conversão, e viria a assumir a figura de seu mestre não apenas à frente da Ação Católica, mas como mentor e mecenas de vários literatos que a ele vinham com as angústias da alma, dentre eles Antônio Alcântara Machado e Carlos Drummond de Andrade, assíduo assinante d’*A Ordem*. Por mais que nem sempre se convertessem, a problemática da religiosidade está presente em inúmeras trocas epistolares de Alceu, e serão mais aprofundadas mais adiante.

Alceu, sob a consulta do Pe. Leonel Franca que se tornara assistente eclesiástico do Centro, com as bênçãos de dom Leme e à frente d’*A Ordem*, dará novos ares a essa. A “orientação jacksoniana” afirma Salem “– e, portanto, também do grupo que reuniu à sua volta – mais do que cultural, conforme inicialmente pretendida, foi predominantemente política” [26]. Com Alceu, a revista muda consideravelmente a abordagem, passando a se preocupar com temas de cunho mais filosófico e de cultura geral. Na edição que marca o começo da nova era da revista, escreve:

Não venho substituir meu amigo. Venho apenas suceder-lhe. [...] Nossos projetos sobre a revista serão apenas de prosseguir quanto possível na obra de criação de uma cultura católica superior, entre nós, como sempre fora o intento do nosso intrépido fundador. [...] Sendo assim, *A Ordem* perderá naturalmente o caráter político, que em tempo possuiu, e que só a

genialidade de nosso fundador conseguia manter, nesses horizontes atormentados e sombrios dos nossos destinos. Nossa ambição é mais modesta, como mais fracas as nossas forças. A Ordem passa a ser agora uma revista católica de cultura geral, visando mais a inteligência que os acontecimentos. [27]

Essa “ambição mais modesta”, aparente a princípio, se mostra uma forma mais efetiva de apelo às camadas intelectuais. A mudança do Centro Dom Vital, como irradiador da doutrina católica nos meios intelectuais leigos, teria grande impacto na forma e na força que este grupo tomará a partir da década de 1930. Vinculado à formulação mais ampla do que seria o laicato católico, expressa pela virada de foco d’A Ordem e com um contexto nacional que irá se tornar cada vez mais propício à aproximação dos católicos ao governo, a Ação Católica, como movimento coeso, ganha força e obtém diversas vitórias no plano político e social. Inúmeras agremiações surgem a partir do Centro. Entre elas, estão a Liga Eleitoral Católica (LEC), a Associação Universitária Católica (AUC), os Círculos Operários Católicos e a Confederação Católica de Educação. Algumas instituições também surgem neste segundo momento da Restauração, como o Instituto Católico de Ensinos Superiores (ICES) e o Instituto de Educação Social e da Família. É criada formalmente a Ação Católica como instituição, a fim de coordenar e colocar em sincronia todos os órgãos e agremiações católicas que surgiam; a Ação Católica era dirigida, também, por Amoroso Lima. Esse ato de abertura da revista para assuntos chamados por seu diretor de cultura geral é o primeiro passo que permite uma abertura de campos de atuação que levariam a uma penetração maior do laicato católico na classe intelectual. A reforma realizada por Alceu é um momento de importância ímpar na trajetória da revista e também no fortalecimento do movimento restaurador capitaneado por Dom Leme.

A década de 1930 trouxe, além da mudança de tom da Ação Católica, mudanças expressivas na trama política e no tecido social do país. O prestígio de Dom Leme permitiu a ele posição conciliadora em ocasião do golpe de Vargas, acompanhando o presidente Washington Luís para fora do Palácio da República, cercado pelos revoltosos. Acabara de se tornar cardeal, por ocasião da morte de Joaquim Arcoverde, e exerceu importante papel de legitimação de poder e de articulador de questões sociais a partir de sua aproximação com o então líder do governo provisório.

A Era Vargas começava e o clero, em consonância com o apostolado católico, mostrava sua força. A atuação do catolicismo na nova década se mostraria muito mais profunda e marcante na sociedade. O ideal hierárquico da Igreja se vê acolhido no caráter autoritário e centralizador do governo de Getúlio. Além do mais, a Era Vargas é marcada pela ascensão acentuada de uma burguesia industrial urbana, na qual não só a Igreja e o apostolado católico tinham presença marcante, mas que também era o berço de uma nova intelectualidade que se formava. A intensificação desta burguesia urbana leva a uma centralidade ainda maior do Rio de Janeiro na resolução das questões nacionais.

Um dos eventos cruciais e mais importantes na formação deste novo governo é a Constituinte de 1934, que elaboraria as bases da nova política a ser construída. A Liga Eleitoral Católica (LEC), fundada em 1932, tinha como objetivo a organização dos católicos visando tal constituinte. Após a derrota significativa na reforma constitucional do governo Artur Bernardes em 1924-26, o laicato viu a necessidade de se organizar melhor, a partir de um pólo único, para garantir que as reivindicações fossem atendidas. Assim, a LEC se preocupou em dar força a nomeações de seu interesse e ter certeza que suas propostas fossem defendidas. Seguindo à risca a instrução do cardeal Leme, que desaconselhara à formação de um partido católico, a LEC funcionava como um órgão à parte, que procurava firmar parcerias e compromissos para eleger os candidatos de sua escolha para a assembleia constituinte. A atuação da LEC foi tão expressiva a ponto de dom Isnard afirmar que

Amoroso Lima “do lado de fora trabalhou talvez mais do que qualquer outro do lado de dentro” [28].

Dois pontos podem ser ressaltados como principais na pauta dos católicos que viam na constituinte a oportunidade de fazer com que o Brasil entrasse em consonância com os ideais católicos. Guilherme Arduini atenta para a “complementaridade entre o projeto educacional e o de organização das classes operárias” [29].

Enfim, era chegada a hora de “recuperar o Brasil para Cristo”, especialmente por meio de duas classes: o operariado, que deveria ser disciplinado dentro dos sindicatos católicos, e as classes intelectuais, cuja elevação moral deveria ser garantida pela ampla propaganda da doutrina católica. [30]

Estes dois polos, que são também os polos de ação do Centro Dom Vital e da Ação Católica, serão articulados e postos em amplo debate principalmente nos anos que precedem à constituinte. Alceu, em alguns escritos n’A Ordem, desenvolve a ideia de um Estado Ético-Corporativo, que tem como unidade básica fundamental a família e como base política e social o sindicato, através do qual a doutrina católica é afirmada. No texto chamado “Tríplice Decálogo”, Amoroso Lima desenvolve sucintamente, na forma de vários tópicos, as principais preocupações para a formação deste Estado, que seria a solução dentre inúmeros modelos fracassados – liberalismo, socialismo, nacional-totalitarismo. Constrói seu argumento para a “regeneração nacional” em três pilares: a ordem política, a ordem econômica e a ordem espiritual [31]. As inúmeras reivindicações no campo da organização social e operária se opunham a um dito pensamento materialista que levava, por um lado, ao liberalismo burguês, e por outro, como sua contrapartida mais radical, ao socialismo. Defendendo a hierarquia, a ordem e a presença da religião católica como base constituinte da vida social brasileira, o grupo católico acabou por se aproximar intensamente, na década de 1930, dos integralistas, o que pode-se perceber a partir de inúmeros intelectuais e clérigos católicos que foram ligados ao Integralismo, como era o caso do então pe. Helder Pessoa Câmara, no Ceará. No Manifesto de Outubro, Plínio Salgado lança as bases da Ação Integralista Brasileira (AIB), que tinha forte influência dos movimentos fascistas europeus, principalmente sua vertente italiana, que apelava pela sua reestruturação do mundo do trabalho e sua aproximação com o papado, assunto que é estudado, dentre outros, por Antonio Gramsci.

Pode-se constatar, no integralismo de Plínio Salgado, a intenção de aproximação com a Igreja, assim como no fascismo de Mussolini. Porém, na década de 1940, com o surgimento de novas ideias, em especial o humanismo integral de Jacques Maritain, o integralismo será negado por parte dessa intelectualidade católica como uma falsa apropriação e deturpação do nome de Deus para fins políticos e a construção de uma sociedade fora dos moldes da doutrina social da Igreja. A década de 1940 será marcada, poder-se-ia dizer, por uma democratização no pensamento católico, que começa a se afastar de correntes tão autoritárias. No livro “Em Busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de Organização Social (1928 – 1945)”, Guilherme Arduini se debruça de maneira mais aprofundada nos debates que permeiam esta frente de mudanças e que foram tão discutidas naquele tempo.

No que se refere à questão da educação, a principal luta era, dentre outras coisas, pra que fosse afirmado o modelo de educação que conformasse o conhecimento com a moral, e para que se tornasse facultativo o ensino religioso nas escolas públicas. Os católicos defendiam uma educação integral, que não dissociasse ciência, arte e moral e que formasse o aluno nos ideais cristãos. A respeito da educação de cunho católico que seria a base pedagógica das nascentes Faculdades Católicas, o pe. Leonel Franca afirma: “aqui as disciplinas não se desenvolvem como membros desarticulados de um organismo. A formação do homem é integral” [32]. Lutava contra uma “desumanização do saber” e levava em conta que “o homem é uma unidade complexa. Sempre que essa complexidade o afasta de sua unidade substancial, tende a perder o contato com os pontos essenciais de sua personalidade”

[33]. É preciso entender que a interpretação feita pelo movimento católico dos conflitos bélicos e crises políticas, econômicas e sociais que marcavam o contexto, vistos como males que assolavam a civilização e a nação brasileira, provinham todos, em última instância, da decadência moral da sociedade. O afastamento desta em relação aos ensinamentos cristãos seria a causa de inúmeras crises. A instrução religiosa, segundo o ideário católico, seria o único meio de, ao aliar conhecimento e ciência às virtudes cristãs, reconciliar todas as coisas em Cristo. Esta concepção se opunha e enfrentava principalmente uma corrente pedagógica que ganhava força desde o século anterior, de concepção liberal e laicista, que era preconizada pelos educadores ligados ao movimento da Escola Nova.

Entre o golpe de 1930 e a Constituição de 1934, as discussões no campo da educação se intensificaram. Como resultado de uma aproximação inicial entre o governo provisório e a Igreja e os primeiros sucessos da campanha católica, em 1931, o Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos assinou um decreto tornando facultativo o ensino religioso nas escolas públicas. Este decreto aguçou as disputas entre religiosos e escolanovistas que seriam levadas à constituinte. Em 1932, mesmo ano de criação da LEC, é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que reafirmava o conceito da escola laica. Nele, lê-se:

Toda a profunda renovação dos princípios que orientam a marcha dos povos precisa acompanhar-se de fundas transformações no regime educacional: as únicas revoluções fecundas são as que se fazem ou se consolidam pela educação, e é só pela educação que a doutrina democrática, utilizada como um princípio de desagregação moral e de indisciplina, poderá transformar-se numa fonte de esforço moral, de energia criadora, de solidariedade social e de espírito de cooperação. [34]

Para se entender a importância e o peso dados à questão da educação por parte dos intelectuais da época, faz-se necessário ressaltar a importância das discussões acerca desta, principalmente no campo primário e secundário, que ocorreram neste período. Com a virada do século, acompanhada das mudanças que sofria o país, a educação ganhou ênfase na preocupação com a reestruturação da nação. Seria ela o grande motor da transformação, através da qual poder-se-ia resolver os problemas brasileiros. Ainda nesse sentido, o Manifesto afirma:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. [35]

As inúmeras transformações que vieram com a República – tanto em nível econômico, político e social, como no âmbito cultural – criam um espaço de grandes correntes de ideias, atreladas a um momento de instabilidade e mudança que abriu caminho para pensar a educação como elemento basilar na construção de uma nação moderna. A partir da década de 1920, o ideal um tanto quanto genérico de difusão da escolaridade para as classes mais populares vai ganhar formulações das mais diversas no que diz respeito ao modo como o ensino se dá, e como este ensino é capaz de formar o homem para ser agente na transformação da nação. Sobre esse contexto, Jorge Nagle afirma:

Uma das maneiras mais diretas de situar a questão consiste em afirmar que o mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso

nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro. [36]

Os modelos de ensino são apropriados pelos grupos intelectuais, que, tendo-os como suas bandeiras principais, defendem não apenas um projeto de educação, mas de ser humano e, em última instância, de nação. As disputas educacionais dialeticamente traduzem as disputas políticas ao passo que são traduzidas por estas. O movimento conservador da Igreja Católica, que se opõe ao modernismo e ataca o liberalismo e o laicismo cultural, defendendo a moral cristã, encontra na escola o meio de divulgar sua concepção de mundo e formar os corações e mentes da futura nação. Desde a Carta Pastoral de Dom Leme, a Igreja da Restauração, passando a atuar como agente social e ator político, alterou não somente os projetos da Igreja, mas fez alterar-se a própria identidade que confere coesão ao grupo católico. O sentimento que reina é o de que ser brasileiro é ser católico e, conseqüentemente, ser católico – na concepção do católico verdadeiro, praticante, já desenvolvida aqui – é ser patriótico. Nesse sentido, Alcibiades Delamare afirma que:

Para atingirmos à Brasilidade, isto é para termos a Pátria reivindicada, restabelecida, entregue a si própria, só o conseguiremos pelo Catolicismo, que é a alma do Brasil. Que valem os projetos de difusão da instrução pública, de guerra contra o analfabetismo, se a instrução nada é sem a educação e a educação nada é sem a religião? [37]

É importante levar em conta a questão da identidade, que voltará a ser tratada mais a frente, como um dos argumentos base que corrobora a questão da educação e do otimismo pedagógico, segundo Nagle, como pontos fundamentais da luta pelo futuro da nação. É por este motivo que a escola ganha tamanha importância dentro da Ação Católica. A instrução católica não era um projeto incipiente que se buscava por em prática. Era uma realidade nas inúmeras escolas fundadas pelas congregações religiosas que nos primeiros anos da República aqui se instalaram. Mais de cem congregações masculinas entraram no Brasil nos primeiros anos republicanos e boa parte fundou instituições de ensino. Na década de 1920, porém, as conquistas da Igreja frente o Estado no campo da educação são muito pouco expressivas. A década de 1920, com a orientação do laicato empreendida por Jackson de Figueiredo, dera aos grupos intelectuais católicos forte combatividade política, mas de poucos resultados efetivos no meio cultural ou educacional. A atuação na cultura e na sociedade ocorre de forma dispersa e sem expressividade, e a derrota das emendas católicas na reforma constitucional do governo de Artur Bernardes é expressão dessa falta de alcance do movimento de então. Tânia Salem afirma sobre esse período que “no que tange à educação, pode-se concluir que, se por um lado, é fato que esse momento assinala a aparição do grupo católico na arena pedagógica, de outro – em termos de avanços concretos –, os resultados atingidos são pouco significativos” [38].

A partir da virada da década de 1930, em paralelo com as mudanças político-sociais, a reforma propostas por Alceu Amoroso Lima não apenas no caráter da revista *A Ordem*, mas na orientação do movimento católico como um todo, trará novos ares a tais disputas. Mais preocupado com assuntos culturais, o esforço empreendido nesta área se materializará em algumas instituições que surgem neste momento. São criados centros de educação, tanto superiores, como a Associação Universitária Católica (AUC), em 1929, e o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), em 1932, quanto em relação ao ensino básico e às questões pedagógicas, como a Associação de Professores Católicos, em 1931, e, em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação. Sobre isso, Tânia Salem ressalta:

A ênfase mais cultural imprimida ao movimento a partir de 1928, a criação de organizações leigas especificamente voltadas para um trabalho no setor de ensino e o maior poder de barganha da Igreja vis-à-vis ao Estado - são

elementos que propiciam as vitórias alcançadas pelo grupo no campo educacional nos anos seguintes. Nesse sentido, esses fatores evidenciam também o afunilamento da trajetória que os católicos percorrem até desembocar na criação de um centro próprio de ensino superior. [39]

Em 1934, Gustavo Capanema assume como novo Ministro da Educação e Saúde. Sobre isso, Peri Mesquida ressalta: “Alceu iria aproveitar a presença de seu amigo Capanema no Ministério da Educação e Saúde para desenvolver uma intensa ‘guerra de posição’, situando intelectuais leigos e clérigos da Igreja em postos-chave naquele Ministério” [40]. No mesmo ano, Carlos Drummond de Andrade, também amigo de Alceu, é nomeado chefe de gabinete do mesmo ministério. Leandro Garcia Rodrigues ressalta a importância da relação dos dois na influência que Alceu tinha dentro do mesmo, e como a partir desta aproximação pode ajudar amigos e alavancar projetos e intelectuais católicos em diversas ocasiões [41]. Garcia Rodrigues ainda atenta para o “complexo e intenso mecenato exercido por alguns artistas e intelectuais” como elemento de grande importância para “a compreensão da vida literária modernista como um todo” [42], tendo sido o próprio Alceu que indicou Drummond para o cargo assumido. A nomeação de Capanema abre as portas do Ministério para uma ação mais profunda nas decisões educacionais. Peri Mesquida afirma que:

Se a grande batalha moderna está sendo “travada” no campo “das ideias”, a presença da intelectualidade leiga católica em posições chave do Ministério da Educação é imprescindível. Por isso, Alceu não poupou esforços no sentido de “colocar” pessoas de “confiança” e que tenham comprovado serem fiéis “à nossa causa”, em particular aquelas que tenham passado pelos Centros Dom Vital, em postos nos quais e por meio dos quais elas poderiam atuar em favor da Igreja Católica. [43]

A partir das vitórias das reivindicações católicas na constituinte de 1934, a presença do grupo católico nas questões educacionais toma outro rumo. A luta se voltaria, a partir de então, principalmente no tema do ensino superior. A AUC agregava a juventude universitária, promovia ações e debates, enquanto o ICES, fundado já como primeiro germe da futura Universidade Católica que seria fundada em 1940, ministrava cursos de nível superior. O projeto pedagógico católico expressa, na instrução, seus valores mais básicos, que pautam suas outras ações. A instrução buscava a formação de um homem culturalmente superior, o intelectual que estaria à frente do povo, conduzindo a nação de volta a um rumo cristão. Se a educação básica era responsável por plantar no indivíduo o germe da moral católica, o ensino superior será responsável por formar tal intelectual.

Vale ressaltar que as diferenças entre os intelectuais católicos, mesmo tão próximos, podem ser tão grandes quanto suas semelhanças. Dando enfoque, por exemplo, à Ordem, é possível ver nas discordâncias entre Alceu Amoroso Lima e Pedro Dantas, ou entre Jonatas Serrano e Prudente de Moraes Neto, no caso das crônicas literárias, que a revista, mais do que um corpo homogêneo, era também espaço aberto de debate e criação. Em um texto chamado “O Centro Dom Vital: estudo de caso de um grupo de intelectuais católicos no Rio de Janeiro entre os anos 1920 de 1940”, Guilherme Arduini discorre sobre algumas discordâncias entre estes intelectuais dentro do Centro Dom Vital e mostra como o mesmo, apesar de atuante e comumente tratado como um bloco homogêneo, guardava dentro de si inúmeras discordâncias e conflitos que se expressam principalmente nos escritos da revista. Seguindo o mesmo raciocínio, mas com uma abordagem um tanto mais sistêmica e baseada nos estudos gramscianos sobre a Igreja na Itália, Alípio Casali, no livro “Elite Intelectual e Restauração da Igreja”, divide o bloco católico em três segmentos: católicos integrais, católicos modernistas e jesuítas. Enquanto os primeiros mais ligados aos grupos mais conservadores, defendiam um discurso mais rígido e intransigente, e os segundos, mais progressistas, se alinhavam mais com os novos tempos, os jesuítas seriam aqueles que, ao transitar pelos polos opostos, criaram uma mediação que os levou à condução da Ação Católica.

Não pretendi, aqui, mergulhar a fundo nestas discordâncias, mas apenas apresentar um panorama que salta aos olhos do leitor. Pretendi ater-me ao que, no geral, permeia grande parte dos discursos e das práticas, tanto dos católicos como de outras frentes de militância, daquele momento, em que a redefinição de papéis e de espaços trouxe à tona uma nova *praxis* e um novo *topos* do intelectual na sociedade, bem como uma redefinição, nos discursos da época, da identidade católica e, em última instância, de uma identidade nacional que se via em formação.

O Intelectual Católico

É comum nos estudos sobre a Ação Católica no Brasil que se ressalte a importância que foi dada à formação de uma elite intelectual que se pautasse por ideais católicos e que levasse as reivindicações da Igreja, ou melhor, da catolicidade, às altas instâncias do poder e da sociedade. Não é a toa que a criação das Faculdades Católicas – primeiro no Rio e pouco tempo depois com a Universidade Católica de São Paulo – é vista como marco dos mais significativos neste empreendimento de recatolização da nação brasileira. A frase de Alceu Amoroso Lima, em alocução na ocasião da instalação dos cursos das nascentes Faculdades Católicas em 1941 no Rio de Janeiro, dá a entender a importância dos intelectuais que ali seriam formados:

A história nos ensina que foram sempre pequenos grupos de espíritos selecionados que dirigiram os acontecimentos e mudaram a face dos povos e dos tempos. [44]

É nesse sentido que o primeiro Anuário, de 1941, das Faculdades Católicas, define a universidade como

o centro onde se elaboram as grandes sínteses do saber, o seminário de formação dos sábios que impulsionam os progressos do conhecimento, o laboratório em que se preparam os elementos superiores da administração e da vida profissional do país, numa palavra, o órgão conservador e transmissor de todo o patrimônio de uma civilização. [45]

No mesmo anuário, a Universidade Católica, que tinha seu primeiro passo expresso nas Faculdades nascentes, é descrita como “um grande centro de irradiação doutrinária” [46]. O Padre Leonel Franca, fundador e primeiro reitor da instituição, afirma que “a Universidade é essencialmente transmissora de cultura”, e que sua missão é “formar o homem superiormente culto”, que é em última instância, criador desta cultura, pois é a esses “homens privilegiados a quem a Providência confiou a missão de iluminar” [47].

A centralidade desta figura no esforço empreendido pela Restauração Católica já se encontra na Carta Pastoral de Dom Leme, de 1916, quando atenta para o afastamento dos ramos da vida pública e política em relação aos ideais católicos:

Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública. Anticatólicos ou indiferentes são as obras da nossa literatura. Vivem a achincalhar-nos os jornais que assinamos. [48]

Esta intelectualidade leiga militante seria o ponto principal através do qual a Igreja exerceria seu poder. A reconstituição da catolicidade no imaginário da população se daria, segundo a Igreja, a partir da luta pela visão católica de educação e da formação de uma intelectualidade leiga católica que atuará como força motriz da mudança cultural, social e política. É essa dimensão que Alceu Amoroso Lima encarnaria, na mais última das manifestações. Diretor da Ordem e do Centro Dom Vital a partir de 1928, Alceu viria a liderar inúmeras instituições e organizações católicas leigas, como a LEC, a própria Ação Católica Brasileira, a Coligação Católica, dentre outras. Sua influência, tanto pessoal – percebida principalmente em sua extensa atividade epistolar, pela qual manteve contato com diversas figuras do cenário intelectual da época – quanto de seus escritos – principalmente na revista A

Ordem, a partir de sua conversão – o pôs em lugar de destaque e, principalmente, de conciliação do laicato católico com o cenário nacional.

Amoroso Lima já gozava de prestígio e atenção antes mesmo de ser arregimentado para as fileiras militantes da Igreja. Sob o pseudônimo Tristão de Athayde, ganhou espaço no meio intelectual por suas críticas, publicadas n’O Jornal, periódico de grande prestígio da época. Foi o responsável por lançar inúmeros autores modernistas na cena nacional, e acompanhou de perto a Semana de Arte Moderna e o desenvolvimento do Modernismo ao longo da década de 1920. Ao se converter, em 1928, Amoroso Lima já tinha uma história de quase dez anos como crítico literário, considerado um modernista moderado, homem de aguçado olho à crítica e de grande influência. Desde 1919 mantinha correspondência com Jackson de Figueiredo, e foi graças à influência do amigo e mestre que Alceu acabou por se converter definitivamente ao catolicismo. Herdeiro do pensamento jacksoniano, o substituiria no comando do laicato católico após o seu falecimento, levando a cabo o projeto de Jackson e Dom Leme de formação de uma intelectualidade católica praticante e da atuação desta na sociedade.

Não se deve ignorar o fato de que existiram, antes desta dupla mobilização – de Figueiredo e Sebastião Leme -, intelectuais ligados à Igreja e empenhados em defendê-la. A partir de Jackson de Figueiredo, porém, surge um novo tipo de intelectual católico – militante, envolvido nas disputas sociais e políticas, representante do ideário da Igreja – que seria a expressão secular da busca pela neocristandade. Como afirma Margareth Todaro em passagem já citada, Jackson acendeu um movimento de grande força calcado “no conceito de regeneração moral nacional e na mobilização dos intelectuais católicos” [49].

Esta nova imagem de intelectual, baseada na distinção entre verdadeiros católicos – praticantes, militantes - e aqueles por tradição e comodidade, seria o cerne da busca da hierarquia, neste duplo movimento de secularização da Igreja e sacralização do mundo secular. O Centro Dom Vital sob a direção de Jackson de Figueiredo foi expressão da ideologia restauradora da Igreja. “Foi graças a Jackson de Figueiredo, em conluio com Dom Leme, que se presencia pela primeira vez no Brasil o engajamento de intelectuais católicos na vida pública” [50], afirma Tânia Salem. Essa intelectualidade, que desde sua formação irradia do Centro Dom Vital – e que conseqüentemente sob a direção de Jackson tem característica combativa de forte cunho político – tem, com Alceu Amoroso Lima, uma reformulação. A atuação do apostolado católico ganha âmbito cultural que o permite penetrar mais profundamente nas camadas populares e do governo. O Padre Leonel Franca, eleito por Dom Leme assistente eclesiástico do Centro Dom Vital, coroa esta nova faceta da instituição. Seus escritos e sua atuação reafirmam e fortalecem os novos rumos que tomava o Centro. Padre Franca tinha uma preocupação específica com o apostolado acadêmico, e sua preocupação com o ensino superior também será um ponto chave nessa nova fase da intelectualidade católica. Segundo Salem,

sob a tríplice liderança de Dom Leme, Alceu e Franca, o movimento sofre uma mudança de angulação. A ideia professada pelo bispo – em concordância com os desígnios da Santa Sé – de que a função espiritual da Igreja estaria estreitamente ligada a uma missão cultural, é estimulada por esses dois colaboradores que, ao contrário de Jackson de Figueiredo, eram personalidades intelectuais. [51]

Essa mudança de angulação que afirma Salem faz com que a influência do Centro Dom Vital cresça enormemente. Rompe com a ideia de incompatibilidade entre o intelectual e o religioso, muito difundida no Brasil. Todaro afirma que “por alguns poucos anos ser sócio consistiu simultaneamente em um símbolo de classe, prestígio, intelectualidade e espiritualidade” [52].

É desta posição que o laicato católico consegue penetrar a fundo nas discussões acerca da organização governamental após a ascensão de Vargas em 1930. Como já citado, o

desenvolvimento de uma teoria de Estado baseando-se na organização operária sindical, que teria forte atuação da Igreja, formando um Estado Ético-Corporativo, em consonância com a defesa de uma linha pedagógica que conciliasse ciência e moral, serão levados à Assembléia Constituinte de 1934. Essa ação profunda dos intelectuais ligados à Igreja, seja na relação de Capanema com o Centro Dom Vital e de Getúlio com Dom Leme e o Pe. Franca, seja na atuação da LEC nos eleitos a participarem da Constituinte e das discussões nela levantadas, se deve não apenas a um movimento puramente do grupo católico, mas, em última instância, de um novo lugar, um novo *topos*, que a figura do intelectual assumiria na sociedade brasileira à época do modernismo.

Tendo em vista a atuação particular dessa camada intelectual, Peri Mesquida, sobre a Restauração, afirma que Dom Leme

Dirige todo o seu esforço intelectual e operacional no sentido de criar dentro e para a Igreja uma camada de intelectuais que assegurassem o consenso não somente na sociedade civil, mas que também atuassem no aparelho de Estado permitindo à Igreja ser o elemento de sedimentação de um novo bloco histórico [53].

Mesquida faz referência direta ao conceito formulado pelo pensador italiano Antonio Gramsci de intelectual orgânico. Sobre ele, afirma que

todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não só no campo econômico, mas ainda no campo social e no político [54].

Se opondo às ideias do filósofo e escritor francês Julian Benda, que afirmava o católico como desligado à sua condição de classe e livre das questões sociais, e à interpretação usual do marxismo sobre a função do grupo intelectual como mero legitimador da classe dominante, Gramsci atenta para a função ideologizante do intelectual como forma de sedimentação da organização social e a possibilidade de ligação deste à classe revolucionária, à qual se relacionaria de forma orgânica. O autor italiano, assim, afirma que, além de não poderem ser, de forma alguma, apolíticos, os intelectuais não formam uma classe coesa, mas ao contrário, cada classe cria para si um grupo intelectual que confere unidade e força de persuasão.

Se interpretarmos a Restauração Católica como mais do que simples esforço de reaproximação entre Igreja e Estado e mais do que a simples busca de manutenção do *status quo* da hierarquia católica no Brasil, e nos aproximarmos de uma visão desta, como ressalta Arduini [55], como esforço de completa reestruturação da sociedade em termos sociais e culturais, a partir da reestruturação educacional e operária, negando as mudanças da modernidade e propondo uma alternativa às disputas entre liberais, comunistas e integralistas, poderemos entender o intelectual católico como este intelectual organicamente ligado ao grupo social que preconiza estas mudanças e que é a condição, como ressalta Maria-Antonietta Macciocchi, da formação deste novo

bloco histórico como unidade entre infra e superestrutura, cuja ligação é assegurada pelos intelectuais. Estes são de fato, por um lado, os que elaboram e difundem a ideologia, e, por outro lado, os que asseguram à classe uma certa homogeneidade e uma consciência de seu lugar na sociedade [56].

Gramsci, apenas dois anos mais velho que Alceu e falecido em 1937, e que portanto escreve contemporaneamente ao período aqui trabalhado, afirma que, devido ao desenvolvimento do sistema capitalista e às crescentes disputas que o mundo moderno impõe, o intelectual não pode mais se pretender neutro e acima das questões sociais, mas, dentro de sua especialização, atua como parte atuante de certo grupo ideológico. Estas afirmações, talvez não surpreendentemente, acham paralelo nas palavras de Amoroso Lima, ao falar sobre

o momento e a nova geração. Antônio Alcântara Machado cita uma entrevista de Alceu, na qual o crítico afirma:

Não é possível, hoje, ao intelectual [...] aquele alheamento que já foi regra e chegou a ser orgulho da irritável classe. Agora tudo é ação social. Queira ou não queira, o homem é empurrado para a encruzilhada, posto diante do dilema: tem que decidir, os problemas se apresentam como de vida ou de morte. E chega por isso o momento em que o instinto de defesa acaba vencendo a covardia e o comodismo [57].

Por isso, se ele afirma, com relação à sua conversão em carta a Sergio Buarque de Holanda – que posteriormente foi publicada com o título “Adeus à Disponibilidade”-, que se coloca “em oposição ao espírito de seu tempo” [58], na verdade acredita, mais do que ninguém, ouvir o que seu tempo impõe ao seu espírito. Toma nas mãos um projeto de reestruturação da nação; chegando à encruzilhada, decide pelo caminho que julga aplacar os males do espírito do Brasil e dos brasileiros. Chama atenção, no texto “Tentativa de Itinerário” de 1929, para um certo despertar da mocidade brasileira nos anos 1920: “Há quase meio século que faltava à mocidade brasileira aquilo que é a própria razão de ser da sua beleza e de seu prestígio” [59]. Este sentimento de mudança no cenário intelectual não está restrito ao laicato católico, mas se estende a uma visão mais ampla. A partir principalmente de 1922, as disputas e discussões entre visões distintas de organização social, cultural e política se intensificam. A criação do Partido Comunista Brasileiro, a eclosão do movimento tenentista, o modernismo literário, a variedade de planos pedagógicos e a intensificação das discordâncias em diversos campos trazem à tona um novo cenário e, conseqüentemente, um novo lugar do intelectual, que seria diretamente responsável pelo desenvolvimento da nação, seja qual for a conotação que este termo ganhe.

É importante, porém, atentar para a realidade particular da intelectualidade brasileira no que se refere à sua história e formação. É mais delicado, portanto, tratar de uma noção de intelectual como separado das questões políticas e sociais, e torna-se necessário o cuidado de não incorrer no erro de simplesmente transportar análises sociais européias para o mundo latino-americano sem nenhum tipo de problematização.

No livro “A Cidade das Letras”, Angel Rama, sociólogo e crítico literário uruguaio falecido em 1983, constrói uma análise da história intelectual na América Luso-Hispânica diretamente ligada à formação das cidades no mundo colonial e como estas deram centralidade aos círculos letrados que para cá vieram e se formaram. Esses círculos letrados, dominando os signos, conduziram a criação das cidades fundamentadas num ideal racional prévio. A ordem dos signos, sobreposta à ordem física da cidade, lugar de poder e de manutenção da ordem, era “posta a serviço da monarquia absoluta de ultramar” [60]. Dentro da cidade colonial física, que constituía a parte material visível e sensível da ordem colonizadora “sempre houve outra cidade, não menos amuralhada, nem menos agressiva e redentorista, que a regeu e conduziu” [61]. Trata-se, segundo Rama

da cidade letrada, porque sua ação se cumpriu na ordem prioritária dos signos e porque sua qualidade sacerdotal implícita contribuiu para dotá-los de um aspecto sagrado, liberando-os de qualquer servidão para com as circunstâncias. [...] Os séculos da colônia mostram reiteradamente a surpreendente magnitude do grupo letrado que em sua maioria constitui a frondosa burocracia instalada nas cidades a cargo das tarefas de comunicação entre metrópole e sociedades coloniais [62].

É nesse sentido que se poderá interpretar as diversas intervenções no tecido urbano do Rio de Janeiro, como cidade-capital, seja por procissões, seja pela construção de monumentos como o Cristo Redentor, e que serão tratados mais a frente.

A cidade letrada, portanto, tem como tradição duas finalidades principais: administração e ideologização. Esse *topos* dos grupos letrados na formação da sociedade colonial se mantém através de inúmeras mudanças sociais. Ainda segundo o autor,

Por trás dessas percepções, podemos ver outra coisa: o sobrevivente poder da cidade das letras além da independência e o forçoso epigonalismo que se registra entre seus membros, religando-os fervorosamente às origens, quando uma constituição do grupo intelectual se conserva por tanto tempo sem modificações significativas. [63]

Apesar das mudanças nos grupos intelectuais e universitários que Rama aponta e das novas doutrinas que marcaram o final do século XIX e a virada ao século XX, como a formação da literatura como discurso de formação e identidade, os fundamentos da *cidade letrada* como formados no período colonial se mantêm. A reforma universitária (ou no Brasil, sua criação) – e pode-se dizer os projetos pedagógicos e o entusiasmo pela educação – é o ponto máximo de sua autonomização e materialização. Esta, através da educação, assume a função da Igreja como agente ideologizante junto à sociedade. [64]

Uma das características mais marcantes da cidade letrada é a capacidade dos seus membros de se institucionalizar. A institucionalização das camadas letradas – em seminários, colégios, capítulos e outros – a partir de suas funções específicas foi um meio de fortalecimento, “procurando tornar-se um poder autônomo dentro das instituições do poder a que pertenceram” [65]. Associado ao presente pensamento romanista da Igreja brasileira, esta tradição resultará, na Restauração Católica, nas inúmeras instituições e organizações católicas leigas que seriam fundadas a partir da década de 1920, boa parte delas voltada para uma atuação social e política.

A crescente especialização que Rama percebe em fins do século XIX não faz frear o mito de que os intelectuais são os que mais entendem de assuntos políticos e negócios públicos das sociedades, produto importado da França e que ganha força na independência das Américas. Pelo contrário, os poetas que formavam o grosso da atividade escriturária da modernização, na virada do século, submergem-se cada vez mais nas atividades políticas. Segundo o autor,

Dadas as tradições existentes no continente, era previsível que assim fosse, no momento em que se expandia a equipe intelectual, em consequência do crescimento social, ainda mais quando se produzia nele uma notória especialização, que, longe de afastar os letrados da participação política, lhes oferecia novos campos [...] Isso se percebe [...] na nova função que os escritores majoritariamente se sentiram compelidos a exercer: a função ideologizante, que se projetou sobre as novas gerações dentro da tendência juvenil do movimento intelectual da época. [66]

Esta tradição será herdada pelos escritores modernistas, que atribuíram a si próprios a “função de ideólogos”, tomando para si um papel importante de “condução da sociedade” [67]. O início do século XX latino-americano traz consigo mudanças econômicas e sociais que afetarão a configuração da intelectualidade. A nova conjuntura econômica, em decorrência das novas práticas políticas e da economia liberal da virada do século, e o surgimento de uma classe média urbana que tomará de assalto os espaços letrados, deram a parte da cidade das letras um novo lugar de fala e ação – num mundo onde fala é ação – e são de capital importância para se compreender as novas dinâmicas que contextualizam o surgimento dos pensadores modernistas. O ideário católico, mesmo declarando guerra ao mundo moderno e aos ideais modernistas, não pode senão reproduzir este mesmo modelo intelectual. A intelectualidade católica, de cunho reacionário, pois em suma constitui um pensamento de reação à modernidade, em concordância com a expressão “restauração”, que dá nome à posição do catolicismo nesse momento, se opõe ao modernismo e às forças

liberais. Reformula-se para se adaptar à condição da sociedade moderna e, a partir dela, conduzir as mudanças sociais que enfrenta.

Assim, ao passo que reforça e readapta o caráter de “adaptável freio” da cidade letrada, pelo qual assume “sua capacidade de adaptação à mudança e ao mesmo tempo seu poder de refreá-lo dentro dos limites previstos, recuperando um movimento que escapava de suas mãos” [68], se opõe em discurso às mudanças mesmas pelas quais a cidade letrada passava. Ao se organizar em luta contra tais mudanças, em parte acaba por absorver parte das mesmas, não somente na forma de atuação, mas em boa parte dos discursos acerca dos problemas da nação e das reivindicações por uma identidade nacional. Nenhum melhor exemplo disso que Alceu Amoroso Lima. Modernista até a conversão – e talvez até mesmo depois dela, pois afirma que não renunciou à nenhuma de suas convicções ao se converter – Alceu em seus escritos busca, em oposição à posição de Jackson de Figueiredo, conciliar a doutrina católica com os novos ares.

Não só isso, mas, como bem chama atenção Leandro Garcia Rodrigues em introdução à publicação do epistolário entre Alceu e Drummond, também

a chamada questão religiosa foi fundamental nas primeiras décadas modernistas, tendo as mais diferentes ressonâncias na vida e na obra de determinados autores, bem como nas políticas públicas, especialmente na educação e na cultura. [69]

Isso é comprovado não apenas pelas publicações da época, mas pelas cartas trocadas por essas personalidades que então movimentavam o mundo literário. No epistolário entre Amoroso Lima e Carlos Drummond de Andrade, é recorrente o tema da religião e da busca pela verdade e pela paz interior, o questionamento da religiosidade no mundo, entre outros assuntos. Já nas cartas trocadas entre Alceu e Antônio Alcântara Machado, é notável o recorrente tema da ação como o único meio pelo qual pode se reivindicar uma saída para os males da sociedade. Diz Alcântara, em carta de 13 de janeiro de 1931: “Acho que o dever do brasileiro neste momento se resume a isso: ação” [70], e em 21 de dezembro do mesmo ano: “Acabar com a literatice burguesa é coisa a meu ver imprescindível. Sobretudo porque ela é inútil. Literatura, sim: mas de ação” [71]. Ao tocar na importância da educação, ainda escreve o modernista que “ensinar é agir” [72]

Deve-se levar em conta, ao ler as cartas trocadas pelos literatos deste período, o caráter singular que para essa geração de modernistas tinham essas cartas, e as amizades epistolares que se estabeleciam através da correspondência. Ao analisar a troca de cartas entre Amoroso Lima e Mário de Andrade, Garcia Rodrigues ressalta:

Pode-se perceber claramente que a motivação inicial foi puramente cultural, propondo e realizando aquele tipo de intercâmbio epistolar tão caro aos nossos modernistas, na qual a carta extrapola a sua função primária de troca de informações e passa a ser uma espécie de “ágora dos debates”, isto é, a carta se torna parte importante do outro lado da obra, o avesso do texto canonizado e publicado. [73]

A partir destas relações epistolares é possível perceber temas que, muitas vezes reduzidos em estudos a certo grupo ideológico, na verdade permeiam o cenário intelectual como um todo. O estudo do epistolário de Alceu, além de nos revelar uma sociabilidade intelectual que se dava muitas vezes a partir quase que unicamente da correspondência, permite a Garcia Rodrigues tratar dos “modernistas” de forma ampla, vendo em todos esses intelectuais uma rede de trocas de ideias e favores. Acredito que um estudo mais aprofundado do lugar do intelectual na sociedade, redefinido pelo modernismo e pelas mudanças sociais e econômicas ocorridas nas décadas de 1920 e 1930, pode proporcionar uma interpretação mais larga do período que se descortina sobre este trabalho e sobre o momento da cidade letrada.

Alceu, mais do intelectual católico, é um intelectual de seu período, e tem no catolicismo que defende a forma que encontrou para se adaptar aos tempos que se

apresentavam. Tendo como ponto de análise a interpretação gramsciana, que afirma a associação entre o intelectual e a classe que o cria para sua legitimação ideológica e coesão interna, assim como a análise de Angel Rama das peculiaridades da trajetória intelectual nas Américas, passa-se a interpretar pontos cruciais na vida de Alceu como sua conversão, a ação na constituinte, sua relação quase direta com o Ministro da Educação Gustavo Capanema e com Drummond na secretaria do ministério, à luz de um *topos* intelectual mais amplo. A dupla atuação, tanto na educação quanto na organização sindical, reforça a “função ideologizante” que ressaltam tanto o italiano quanto o uruguaio, e os diversos lugares de atuação – revistas, jornais, rádios, universidades, escolas, institutos e sindicatos – mostram como as pontes que a cidade letrada constrói em direção à sociedade não se restringem a um ou outro grupo. Pelo contrário, boa parte destes intelectuais permeiam estes vários campos. Formam assim uma identidade própria do intelectual, sobreposta a uma identidade de grupo ideológico e que, entre si, lutam pelo que deveria ser uma identidade nacional.

Católicos, modernistas, integralistas, comunistas, o que estava em jogo em última instância era a formulação, a construção de uma identidade, ou melhor, como afirma Alceu, de uma personalidade a essa identidade tão difusa e abstrata do que é ser brasileiro [74]. O modo como o projeto católico para o futuro da nação tomou forma, suas diversas representações através do recurso à memória e à formação de uma identidade brasileira mostram que os católicos são apenas um dentre os muitos grupos que disputam os projetos e a identidade nacionais.

A Identidade e os Signos

Certas temáticas do discurso católico, mais do que recorrentes no pensamento de vários intelectuais leigos deste período, formam um fundo ideológico de formação do pensamento da Ação Católica. A temática apresentada não é apenas mais um dentre os variados assuntos tratados pelo grupo intelectual, em especial Amoroso Lima, mas é aquilo mesmo que permite que esse grupo ganhe coesão e coerência em suas afirmações e reivindicações.

Uma afirmação recorrente nos discursos daqueles que à época analisam o seu tempo é a constante caracterização de fim de um tempo, de início de algo novo, uma nova sociedade. A decadência da sociedade burguesa e da burguesia no geral se mostra marcante no olhar daqueles que se voltam para o próprio período. Além de qualquer análise, subsiste a sensação do novo, do desconhecido, do fim e do recomeço, um futuro completamente incerto e que, por este mesmo motivo, abre as portas para possibilidades, e resta aos homens tomar as rédeas das mudanças que estão por vir.

A modernidade traz a fragmentação do indivíduo que a vive, e de sua identidade. A modernização nega o passado e promete mudanças, que acontecendo de forma rápida e incessante, fogem da expectativa, e ao voltar-se para o futuro, nega, em certa medida, o passado, a memória, cria um vazio identitário. Sobre essa virada de século, Angel Rama ressalta:

A constituição da literatura como um discurso sobre a formação, composição e definição da nação haveria de permitir a incorporação de múltiplos materiais alheios ao círculo anterior das belas letras que emanavam das elites cultas, mas implicava, além disso, uma prévia homogeneização e higienização do campo, o que somente poderia ser realizado pela escritura. [75]

A literatura se apresenta, antes de mais nada, como resgate de nacionalidade. O modernismo, em sentido largo do termo, empreende uma busca profunda da identidade nacional que se encontrava, a seu ver, perdida. Para Rama, as intensas intervenções na cidade, tanto física quanto simbólica, e a “desculturação que a modernização introduz dá lugar a novas neoculturas, mais fortemente marcadas pelas circunstâncias históricas” [76]. O ritmo acelerado das mudanças que as cidades sofrem – que tem seu ponto alto, no caso do

Brasil, na capital federal, onde as mudanças estruturais se tornam metonímias da modernização da nação [77] – causam sensação de “perda do passado, para a conquista do futuro” [78], o que contribui para uma sensação de instabilidade. Segundo o autor, “A cidade começou a viver para um imprevisível amanhã e deixou de viver para o ontem nostálgico e identificador. Difícil situação para os cidadãos. Sua experiência cotidiana foi a do estranhamento” [79]. A literatura, como formadora de nacionalidade e discurso de formação da nação, é fruto e ferramenta deste estranhamento para fundar persuasivamente essa nacionalidade. Converte, para o crítico, o “passado abolido” em “pautas normativas” [80]. A função ideologizante da “cidade passada” transforma a memória em signos e imagens. “A escritura construiu raízes, desenhou a identificação nacional, enquadrando a sociedade em um projeto” [81].

Comumente identificado ao se estudar os literatos modernistas – em sua interpretação usual – este jogo de resgate de identidade através da construção de uma memória, onde o passado é transformado em signo, e assim transformado em projeto, permeia o discurso comum dos intelectuais que pretendem tomar nas mãos o futuro da nação, e se manifesta possivelmente com maior força nos discursos do laicato católico, principalmente de Amoroso Lima.

Para além das mudanças propriamente na urbe da virada do século, o antropólogo Gilberto Velho aponta para a fragmentação da identidade no mundo moderno. Em uma sociedade individualista, na qual o indivíduo, agora unidade de valor básico da cultura, se vê mediando-se entre várias identidades distintas, mas que não o encompassam nem o definem mais por inteiro como parte de uma identidade coletiva, a memória como construção da biografia se torna central na formação da identidade, e, a partir dessa, possibilita a uma conduta que visa atingir certa finalidade, ou seja, a um projeto. Afirma: “A consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consciência à biografia, é o que possibilita a formulação de projetos” [82]. Por mais que afirme que esta relação memória-identidade-projeto só possa se efetivar com o surgimento do indivíduo-sujeito moderno, Gilberto Velho ressalta que estas categorias são elencadas também em nível social. Certo grupo, para buscar certo objetivo, procura compreender sua identidade, que só se dá através do recurso à memória. É nesse sentido que as disputas pela identidade brasileira no meio intelectual da época se dão. Os três conceitos se relacionam de forma dialética, sem haver linha causal. Um não pode existir sem os outros dois e vice versa. Memória como presentificação do passado e projeto como presentificação do futuro transportam, antecipam e revisitam tempos distantes e os materializam no presente. Para Velho, “O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade” [83].

Entende-se, então, como ponto fundamental da pauta do movimento católico, sob a direção de Amoroso Lima, quando dá sua guinada cultural, a afirmação de uma identidade brasileira que seria, em seu âmago, católica. Já Dom Leme, em 1916, ao reivindicar a catolicidade das instituições administrativas, evoca uma identidade fundamentada na maioria católica da população: “Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege” [84]. Em texto dos mais significativos após sua conversão, intitulado “Tentativa de Itinerário”, Alceu trata como problema principal a questão da identidade, de uma “nacionalidade que quer formar-se” [85].

Essa nacionalidade, essencialmente católica, seria fundamentada num passado religioso, ou seja, na memória de uma formação que confere identidade particular à luso-América, em distinção à América do Anglo-Saxônica e à América Hispânica, que têm por constituição identidades distintas. “(...) para isso – afirma Alceu – é que precisamos procurar repor a civilização brasileira sobre a base religiosa em que nasceu, mas que nunca chegou

verdadeiramente a ter consciência total” [86]. Para isso Alceu retoma uma interpretação da história nacional construída por Julio Maria,

alicerçada – como analisa Arduini - na visão do catolicismo como o único elemento gerador de uma identidade brasileira. Desse modo, para que o povo brasileiro encontrasse seu destino de grandeza, seria necessário que ele se voltasse para sua tradição e compreendesse a importância da fé. [87]

Nesse sentido, o realinhamento de Igreja e Estado sobre novas bases e a reinserção da religião na vida moderna só fazem sentido se baseados neste sentimento de fim de um tempo em que a brasilidade estivera perdida.

Ela seria justificável a partir da construção de uma imagem de crise do mundo moderno e de todos os sistemas político-econômicos já experimentados: o liberalismo, o comunismo e, posteriormente, as alternativas de extrema direita originadas na década de 1930. [88]

Ou seja, a ação católica atua sobre a mesma base de resgate de uma identidade e projeto de reconstrução da nação, para que esta saia do momento de incerteza e instabilidade no qual se encontra, assim como inúmeros outros ideários que estavam em jogo. A literatura, para Alceu, deve ser resposta no “ritmo da nacionalidade” [89]. Deve-se conferir personalidade a uma cultura sem cor, sem identidade. Essa personalidade, a seu ver, é católica.

Existe, para os espíritos livres, a necessidade de reagir contra a brasilidade forçada da literatura, que é tão falsa quanto a sua imbrasilidade. Não somos apenas formadores de nacionalidade. Não vivemos apenas integrados no meio social. Vivemos também contra ele. (...) E se uma das tarefas da nossa e da nova geração deveria ser o esforço por formar uma cultura brasileira integral. [90]

A luta contra a “brasilidade forçada” e a “imbrasilidade” configuram o cerne da guerra de identidades que caracteriza a atividade do meio intelectual dessas décadas. É perceptível a necessidade, para a definição de como se dará sua atuação na sociedade, de se fundamentar uma identidade que corrobore esta ação e o fim a que ela leva, esta definida por uma memória, cuja construção é projeto mesmo destes homens. A circularidade destes conceitos traz à tona a necessidade de se entender a atuação do grupo católico, assim como dos modernistas, como uma fundamentação, em última instância, da identidade, sem a qual não se pode agir de forma efetiva. Alceu atenta que “É preciso tocar as raízes da nacionalidade, para conhecer dos perigos que estamos correndo. É preciso descer ao fundo de nossos corações para conhecermos que uma regeneração parcial não basta” [91].

A identidade que o grupo católico botava em jogo estava baseada principalmente em um passado idealizado, um outro tempo, de tradição de um país eminentemente católico. Esta cristandade entendida como original, passada, é constantemente retomada pela forma da memória de tempos áureos ou da evocação da tradição católica presente no cotidiano dos brasileiros

Outra forma de discurso formador de identidade e que levanta os três conceitos é a criação de monumentos a Cristo como o Cristo Redentor e o Cruzeiro da Universidade,. Assim como afirma Rama, a intervenção na cidade transforma memória em signo e evoca um futuro a ser alcançado. As imagens de Cristo, como marco de referência urbana e imagética, constituem discursos específicos que se propagam por outros meios.

O primeiro, mais conhecido, teve sua pedra fundacional em 1922, mas só seria inaugurado nove anos depois, em 1931. O segundo, que se perdera no mato crescente do Outeiro da Penha e agora vem tendo seu espaço reconstruído, foi erguido em 1941, pela venerável Irmandade de Nossa Senhora da Penha de França, em homenagem à fundação da primeira Universidade Católica do Brasil.

A maioria dos estudos que pensam o Cristo Redentor em seu contexto de fundação concorda em afirmar que ele foi, principalmente, uma expressiva demonstração de força e

presença do catolicismo nas questões sociais e políticas que estavam em jogo no Brasil. A imponência das solenidades da Semana do Cristo, que teve como encerramento a inauguração do monumento, a carta do episcopado a Getúlio Vargas, entregue nesta cerimônia, que continha as reivindicações católicas para a futura constituição, e as falas daqueles então presentes dão a quem busca entender este período a noção clara de que o monumento no alto do Corcovado representava todas as conquistas do grupo católico até então. A influência da Igreja se consolidava com a associação quase direta entre a Igreja e o governo provisório e Dom Sebastião Leme, agora cardeal, era um alicerce da legitimação de um governo que tentava se instaurar na nação após o golpe de Estado. Alípio Casali afirma que:

O prestígio de D. Leme reuniu no Rio cerca de 50 Arcebispos e Bispos para inauguração. Conforme programado, foi feita uma audiência com o presidente Vargas, em que os Bispos lhe entregaram as “reivindicações católicas” para a futura Constituição. As manifestações de massa e a reunião de 50 bispos foram exibição de força e poder de mobilização da Igreja ao Presidente. [92]

É preciso tentar entender, porém, o Cristo Redentor, bem como o Cruzeiro da Universidade, não apenas como representação da força e da influência católica. As imagens de Cristo que se erguem na cidade, próximas ou distantes no tempo e no espaço, carregam em si um discurso próprio, sinuoso e entrecortado, que traz à luz certos aspectos do imaginário católico e nacional.

Em 1922, quando do lançamento da pedra fundacional do Cristo Redentor, a Restauração era incipiente. Dom Leme há pouco havia se mudado para o Rio de Janeiro, para ser bispo coadjutor do Cardeal Arcoverde e neste ano, o centenário da independência movimentava o universo simbólico e fazia eclodir reivindicações e projetos, católicos ou não. Um destes projetos foi a decisão de construir, no alto do Corcovado, um monumento a Cristo, para que este, segundo os discursos de seus fundadores, redimisse um país assolado de mazelas e apelasse por um rumo cristão. Dizia o Padre Ollympio de Mello, em 1923: “O Brasil vai significar num monumento o amor e a confiança de seus filhos. Não está longe o dia em que, do Corcovado, Jesus abençoará e guiará os destinos da Terra de Santa Cruz” [93]. “Guiar os destinos da Terra de Santa Cruz”, em última instância, era o que pretendia a Ação Católica, que via na dita desmoralização da nação a causa de suas mazelas. A noção de “redenção” aqui é também significativa. Como o ato de libertação da humanidade do pecado pela vida do messias, o projeto do Cristo Redentor estava em plena consonância com o projeto católico que em 1922 se estruturava e buscava retomar a força antes perdida da Igreja Católica visando reestruturar a nação.

O momento de inauguração da estátua do Corcovado, em 1931, vê um cenário muito diferente à sua frente. A sessão solene de benção ao monumento do Cristo Redentor, neste mesmo ano, assumiu um significado sutilmente diferente daquele que tinha o projeto inicial. A década de 1930 trouxe consigo mudanças profundas no cenário político-social que anunciavam ventos favoráveis à Restauração, um período de inúmeras conquistas do grupo católico e da consolidação do projeto da Ação Católica que ganhara consistência na década anterior. O novo governo buscava legitimação, e por isso nesse primeiro momento a hierarquia católica tem alguns pedidos atendidos, como a consagração de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil.

Em 1941, então já passados onze anos de cardinalato de Dom Leme e um ano antes de sua morte, foi inaugurado o Cruzeiro da Universidade em homenagem à fundação das Faculdades Católicas, núcleo do que viria a ser a primeira universidade católica no Brasil. A fundação é vista como um dos momentos significativos da Ação Católica, e que consolidava um grande projeto empreendido nas últimas décadas, como já foi ressaltado anteriormente. Além disso, comemora a transferência, como se lê no Livro de Atas da Mesa Administrativa e no Livro de Fatos Extraordinários da Irmandade, do dia de Nossa Senhora Aparecida para o

Dia da Pátria, sete de setembro. Em decorrência destes acontecimentos, foi decidido erigir o Cruzeiro “para significar sua adesão total ao grande ideal de sua eminência o Sr. arcebispo do Rio de Janeiro” [94]. Juntamente com o monumento, foi inaugurada a praça, onde esse estaria localizado, nomeada em homenagem ao cardeal, e um óbulo foi dado nas mãos do cardeal para que auxiliasse na formação da Universidade. A importância dada à junção do dia da padroeira à comemoração da independência é relevante para que se perceba a tentativa clara de aproximação cada vez maior entre ser brasileiro e ser católico do “grande ideal” de D. Leme.

A característica principal que se percebe ao passear pela documentação e pelos discursos proferidos acerca do Cristo Redentor e do Cruzeiro da Universidade é clara: a reivindicação da aproximação entre Igreja e Estado é precedida de uma reivindicação intrínseca e ulterior, que apelava pela união do que é ser católico com uma dimensão patriótica do que é ser brasileiro. Ser católico é ser patriótico, e o mesmo discurso de Amoroso Lima ganha nos monumentos dimensão simbólica. Principalmente por se entender que a única saída da crise moral na qual, segundo tais discursos, se encontrava o Brasil, só poderia ocorrer através da religião católica, pois era ela o elemento constitutivo da nacionalidade. A proposta que toma força na era Vargas de união entre Igreja e Estado tem também uma dimensão no imaginário cotidiano. Fé e patriotismo estão sempre juntos no discurso, seja em jornais, cartas ou atas de reuniões. A universidade católica, mais ainda, o grande ideal da Igreja não é só cristão, mas é patriótico e nacional. Mais do que Igreja e Estado, Religião e Nação estão cada vez mais entrelaçados no discurso daqueles que preconizam esta catolicidade brasileira que se configura. É nesse sentido que Dom Leme, ao dar a benção ao monumento do Corcovado, pode defender que “ser brasileiro seja crer em Jesus Cristo, amar Jesus Cristo!” [95], e o jornal A Esquerda afirmar: “O Brasil catholico, isto é, o Brasil inteiro” [96].

Do mesmo modo, na Ata de Inauguração e Benção do Cruzeiro da Universidade, a cerimônia é descrita como “patriótica e piedosa”, e que aqueles presentes “vieram espontaneamente associar-se a essa manifestação de fé” e “dar testemunho do acentuado amor a Deus e ao Brasil” [97]. O amor a Deus e ao Brasil é um só, pois quem tem amor à pátria é temente a Deus. Grande representação disto é o próprio Cruzeiro, onde estão inscritos, à esquerda e à direita de Cristo, os nomes do Papa Pio XII e de Getúlio Vargas.

O governo de Getúlio Vargas se preocupou especialmente com isso. Em vista a criar uma coesão nacional mais intensa, vários projetos foram levados a cabo no esforço de construção desta identidade. Por meio do cinema e do rádio, principalmente através do *Programa Nacional* - que viria a se chamar *Hora do Brasil* - o então presidente podia falar a todos os brasileiros. O que acontece a partir dos anos 1930 é a construção desta nacionalidade até então difusa. Como dito anteriormente, as ideologias que disputavam espaço no cenário nacional desde décadas anteriores carregavam, em maior ou menor grau, esta preocupação. Qualquer discussão de um ponto específico se via constantemente relacionada ao o futuro da nação e ao rumo a ser tomado. O futuro do país entra em jogo em quase todas as discussões que ocorrem nos meios intelectuais e administrativos. Protestantes, modernistas, católicos, comunistas, liberais, cada um busca um projeto nacional e reivindica para si as soluções dos problemas da nação - que às vezes parecem meio difusos - a partir de mudanças de práticas e de assumir para si um “modelo”, uma “identidade”. O governo de Getúlio, a partir de 1930, assume, em parte, essa função de formação de uma ideia de Brasil-nação, de nacionalidade. Há um processo de nacionalização. A grande pergunta que se faz é o que é o Brasil e o que é ser brasileiro. Amoroso Lima atenta para a necessidade de se encontrar uma personalidade que defina esta identidade: “Somos na América os que mais tem vergonha da América... Somos ainda uma cultura sem personalidade. E a tendência é para perdê-la cada vez mais” [98].

Torna-se importante ressaltar que não é apenas através de discursos sobre estes monumentos que isso se depreende. Os próprios monumentos são, em si, discursos significativos. A escolha da imagem de redentor, no caso do Cristo do Corcovado apelava à remissão dos pecados e dos desvios que supostamente assolavam o Brasil. Mais do que isso, Cristo Rei, imagem escolhida para ser construída no alto do morro, não apenas redime os pecados, mas reina, impera e domina o Brasil sobre o trono de granito [99]. Esta imagem imperiosa de Jesus sobre o povo está em perfeita consonância com o que se entendia por Igreja e moral católica. Era entendido que a moral e a hierarquia, antes de tudo, seriam os alicerces da paz e de um futuro próspero. O fortalecimento do princípio de autoridade é uma das ferramentas principais no combate da Igreja às novas e subversivas ideologias, que traziam uma crise moral e de ordem. Tendo isso em vista, Riolando Azzí afirma que “os bispos procuraram colocar em evidência o papel da Igreja como sustentáculo da ordem social e defensora do princípio de autoridade” [100]. Estes elementos enfatizam uma ideologia que defende uma restauração de cima para baixo, hierárquica e autoritária, para que fosse mantida a ordem e o coração dos homens não fosse perdido nos turbulentos maremotos dos tempos modernos.

Os elementos imagéticos que compõem a imagem do Cristo Redentor são nesse sentido um discurso próprio ao monumento. De seus braços abertos nada escapa ao discurso que o Cristo do Corcovado traz ao povo brasileiro. O que leva Flavio Castelloti a afirmar que “a paisagem, nesse caso, ‘pertence’ ao monumento, uma vez que a estátua não teria sentido em outro lugar” [101] é justamente esta totalidade dos elementos do entorno que constituem a imagem e dão significado a ela. O monumento não teria sentido se não estivesse no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro. O Cristo Redentor ressignifica o local que ocupa. O mirante que antes era local do “chapéu do sol”, com a construção da estátua do Cristo se vê no meio de uma “batalha de símbolos” [102], que tensiona cultura e natureza e dá ao Corcovado um novo significado. Nessa batalha de signos, na qual a natureza é apropriada pela cultura e a intervenção da paisagem é análoga à intervenção dos corações brasileiros em nome dos ideais cristãos, o ícone apela à identidade não somente da Igreja, mas do Brasil. Se ser católico é ser patriótico, ser brasileiro é ser católico. A Igreja pretende não só retomar o poder político, mas criar uma identificação direta e clara entre “católicos” e “brasileiros”.

As décadas de 1920 e 1930 se caracterizam então por uma intensa guerra de identidade, partindo de vários grupos com suas próprias visões e projetos de nação. Estas identidades em conflito vão pautar boa parte do discurso católico na Restauração. Seja na formação de uma elite intelectual, na luta pelo ensino integral religioso, na questão operária ou na questão política, o que se projeta é um futuro de horizonte cristão para um país que é – ou deveria ser – eminentemente católico e de passado católico. As disputas ganham uma dimensão muito forte referente ao que é ser brasileiro. Pode-se perceber isso, por exemplo, na carta do episcopado, entregue a Getúlio Vargas em 1931, afirma-se que as reivindicações católicas têm por fim “assegurar à pátria brasileira a fidelidade ao seu passado cristão” [103]. Em vários outros momentos este passado é evocado, por vezes através de uma expressão, de uma frase ou efetivamente da defesa deste passado.

O Cruzeiro da Universidade, assim como o Cristo Redentor, representa tanto o passado como o futuro. É expressão de um tempo ideal, de uma “devoção tradicional”. Expressa a busca por uma cristandade perdida, um grande ideal de Restauração daquilo que um dia foi uma nação eminentemente católica, a Terra de Santa Cruz, como dizem os jornais na inauguração do Cristo. Ao mesmo tempo, olha para o futuro numa perpetuação, pela eternidade, dos grandes feitos da Igreja, da dimensão de fé e patriotismo que ali está posta. É um símbolo que, ao passo que sintetiza, carrega em direção a um futuro sem fim aquilo que seus criadores defendem nessa infundável circularidade entre memória, identidade e projeto. O Cruzeiro olha para o passado, simboliza-o e carrega o presente em direção ao futuro. Ele está

no limiar, na quebra do tempo presente que busca o passado e se dirige à eternidade. A memória, como manifestação do passado no presente, ganha corpo no corpo de Cristo, e se projeta para a eternidade. A primeira inscrição no Cruzeiro nos faz refletir: *AD PERPETUAM REI MEMORIAM* [104]. Para preservar através dos tempos o grande feito que teria sido a fundação das Faculdades Católicas, este memorial se volta tanto para o passado como para o futuro, enquanto simboliza um passado ideal e transpassa o tempo como profecia do tempo presente. Na Ata de Ereção do Cruzeiro, fala-se do objetivo do monumento, em vista a “propagar através dos séculos a devoção tradicional da cidade”. E que lugar melhor do que a Penha, que à época transpirava tradição, para erguer da terra este monumento à fé católica.

A hipótese a ser levantada aqui é a de que esse discurso pela identidade é a marca mais profunda do tempo e dos discursos intelectuais, e permeia as mais dispares ideologias. Tendo em vista as mudanças que traz a modernidade nas Américas e tendo como ponto de diálogo a análise de Angel Rama através do qual se articulam os discursos aqui focados, é possível supor que a mecânica estruturada por Gilberto Velho se torna ponto central da ação política e intelectual do modernismo, considerado de maneira ampla, como visto no tópico anterior.

Sobre esse momento, Antônio Edmilson M. Rodrigues escreve:

A modernidade no Brasil voltou-se essencialmente para a história e buscou, no exercício de definição da tradição e do rosto do Brasil, conhecer e descrever a nação, não apenas pela elaboração científica de seu passado (...), isto é, da recordação, mas também da contemplação, ou seja, de uma qualificação geotecnográfica que garantisse a peculiaridade da nação brasileira. [105]

A modernidade brasileira tem como característica marcante a busca pela identidade de uma nação que não sabia como se reconhecer em sua singularidade. O discurso articulado através do Cristo Redentor e do Cruzeiro da Universidade expressa, pela via das reivindicações católicas, este peculiar período de crise de identidade, na qual as várias ideologias, que se enfrentavam pelo futuro incerto do país e que por vezes se portavam em lugares opostos de argumentação, carregavam em si preocupações semelhantes. A intervenção na cidade real, como afirma Rama, tomada nas mãos pelos católicos sob a bandeira da busca por uma cidade passada, é marca indelével de seu tempo. O Rio de Janeiro e suas intervenções, como caixa de ressonância dos projetos brasileiros, ganham característica singular na construção deste discurso. A frase de chamada do jornal O Globo em 1931 que, ao se referir ao projeto católico encarnado no Cristo Redentor, afirma que este fosse “fora das concepções políticas e dentro da unidade da pátria” poderia, aqui, ter seu sentido subvertido. Não é a imagem de Cristo que está para além das concepções políticas, mas a busca da identidade nacional, expressa pela estátua no Corcovado – e dez anos depois no cruzeiro na Penha – que se figura dentro da Unidade da pátria, essa unidade que, na heterogenia, busca a homogeneidade, e no ordeiro caos defende uma ordem talvez não menos caótica.

Conclusão

Robert Darnton, ao escrever “O Grande Massacre de Gatos”, evoca a antropologia ao afirmar que o grande ponto de penetração em uma cultura distinta deve ser por meio de um estranhamento, a partir do qual se pode descobrir uma entrada para um sistema estranho de significação [1056]. Foi isso que em primeiro lugar motivou o argumento apresentado neste relatório, o estranhamento frente à afirmação de Alceu que vez por outra volta a se fazer presente: “Se não fosse católico, seria comunista” [107]. Essa afirmação causa estranhamento a princípio pela associação aparentemente clara entre a Ação Católica e a direita reacionária na década de 1930 que normalmente é feita pelos estudiosos, e ao profundo combate ao comunismo na política, na universidade e nos meios operários católicos.

A partir da análise, porém, compreende-se que a questão posta nas palavras de Alceu na verdade se referia a uma profunda necessidade de agir, de negar o materialismo liberal, de interferir na sociedade por meio tanto dos extratos mais baixos como da alta sociedade que

circundava o poder. O líder católico evoca uma atuação, um *ethos* que o intelectual deveria assumir perante os males que eram postos pela sociedade moderna. No texto “Tentativa de Itinerário”, citado anteriormente, Alceu defende uma maneira certa e uma errada de atuação total e empreendimento completo por uma causa que visa mudar a sociedade: o catolicismo militante que se basearia na maioria dos brasileiros e na identidade nacional, e o comunismo que negaria essa identidade e subverteria o povo, fruto do mesmo materialismo [108].

Por isso levanta-se a hipótese, a ser trabalhada e aprofundada por pesquisa futura, de que o modernismo, pensado de modo amplo e plural, cria, ou pelo menos ressalta, um novo lugar para o intelectual na sociedade. Esse *topos*, que além de espaço é possibilidade de agir, compreende grupos antagônicos e ideologias em guerra. Em última instância, o que está por trás das propostas de estrutura social e literária, o que dá base e legitimação para que estas ideias sejam postas em pauta, é o problema da identidade. Essa guerra de identidades que evoca passado e futuro, e no presente os reconstrói como memória e projeto, respectivamente, seria a base de todas as ideologias e soluções que são postas em jogo. Nesse sentido, estruturas intelectuais de direita e esquerda, religiosas e laicas, liberais e autoritárias, são pautadas por um mesmo lugar comum de legitimação, e são todas frutos de um mesmo tempo.

Recorrer à nossa história intelectual, além também de um profundo exercício de identidade, é uma forma de buscar no passado formas de se portar e agir diante do seu tempo. Com um futuro cada vez mais incerto e um alargamento contínuo da dimensão simbólica do tempo presente, podemos nos ver perdidos quanto à nossa ligação com o passado, ou mais ainda, quanto à nossa influência sobre o que virá. Nesse sentido retornar ao passado pode se mostrar uma efetiva ferramenta de identificação dos rumos a serem tomados. É preciso situar-nos em nosso tempo e entender o lugar que ocupamos, assim como Alceu pensava fazer, naqueles tempos remotos, em que se viu diante da encruzilhada.

Referências Bibliográficas

- 1 - BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Intelectuais na Encruzilhada**: Correspondência de Alceu Amoroso Lima e António de Alcântara Machado (1927 – 1933). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. P. XXVI
- 2 - SALEM, Tânia. Do Centro Dom Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, p. 97-134. Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/tania.htm>> Acesso em: 02 jun. 2015.
- 3 - A Carta Pastoral de S. Em. Cardeal D. Leme quando Arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos. In: DIAS, Roberto Barros. **“DEUS E A PÁTRIA”**: Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930). João Pessoa, 2008. (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. p. 201, 203.
- 4 - MONTALBAN, Francisco J. **Historia de La Iglesia Católica**: IV Edad Moderna – La Iglesia en su Lucha y Relación con el Laicismo. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1963. p. 649.
- 5 - AZZI, R. **A Neocrisandade**: Um Projeto Restaurador. São Paulo: Paulus, 1994 – (História do pensamento católico no Brasil; v. 5). p. 62.
- 6 - Idem. Ibidem.
- 7 - Idem. Ibidem. p. 71

- 8 - Idem. Ibidem. p. 23
- 9 - PIO X. **E Supremi**: encyclical of Pope Pius X on the restoration of all things in Christ. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-x/en/encyclicals/documents/hf_px_enc_04101903_e-supremi.html> Acesso em: 25 jun. 2015. (Tradução livre).
- 10 - MOURA, C. A. S. “Restaurar Todas as Coisas em Cristo”: Dom Sebastião Leme e os diálogos com os intelectuais durante o movimento de recatolização no Brasil. In: RODRIGUES, Cândido M.; PAULA, C. J. (Org). **Intelectuais e Militância Católica no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 18.
- 11 - GRAMSCI, A. "Maquiavel, a política e o Estado moderno". Apud: CASALI, Alípio. **Elite Intelectual e Restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 24.
- 12 - ““We proclaim that We have no other program in the Supreme Pontificate but that of restoring all things in Christ’ (Ephes. 1., 10), so that ‘Christ may be all and in all’ (Coloss. 3, 2)”. In: PIO X. Op. Cit. (Tradução livre).
- 13 - AZZI, R. op. cit. p. 21-22.
- 14 - Idem. Ibidem. p. 22.
- 15 - Idem. Ibidem.
- 16 - NOGUEIRA, Hamilton. Apud: RODRIGUES, Leandro Garcia (org.). **Drummond & Alceu**: Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Alceu Amoroso Lima. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.30.
- 17 - ETIENNE FILHO, João (org.). Correspondência: **Harmonia dos Contrastes (1919 – 1928)** - Tomo 1. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991. p. 15.
- 18 - TODARO, Margareth. Pastors, prophets and politicians. Apud: ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em Busca da Idade Nova**: Alceu Amoroso Lima e os Projetos Católicos de Organização social (1928-1945). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 23.
- 19 - ARDUINI. op. cit.
- 20 - AZZI, R. op. cit. p. 33.
- 21 - . ARDUINI. op. cit. p. 42.
- 22 - CASALI, Alípio. op. cit. p. 81.
- 23 - AZZI, R. op. cit. p. 69
- 24 - Idem. Ibidem.
- 25 - ARDUINI. op. cit. p. 43.
- 26 - SALEM, Tânia. op. cit.
- 27 - Tristão de Athayde. **A Ordem**, ano 8, vol. 1 (nova série), 1928. p. 5-6.
- 28 - Dom Celestino Gouveia Isnard, Sem Título, A Ordem, , jan./fev. 1944, p. 12-13. Apud: ARDUINI, Guilherme Ramalho. op. cit. p. 15.
- 29 - ARDUINI, Guilherme Ramalho. op. cit. p. 88.
- 30 - Idem. Ibidem. p. 87.

- 31 - LIMA, Alceu Amoroso. Tríplice decálogo. **A Ordem**, ano 7, vol 7-8 (nova série), , 1932, p. 340 – 344.
- 32 - Padre Leonel Franca em alocução proferida na Sessão Solene de Instauração dos cursos das Faculdades Católicas. FACULDADES CATÓLICAS. **Anuário das Faculdades Católicas, 1941**. Rio de Janeiro, 1942, p. 68.
- 33 - LIMA, Alceu Amoroso. Universidade e civilização. **A Ordem**, ano 8, vol. 20, jul.-dez. de 1938. p. 150.
- 34 - Manifesto Pioneiros da educação nova. Revista **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, ago. 2006, p. 203.
- 35 - Idem. Ibidem. p. 188.
- 36 - NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974. p. 99-100.
- 37 - DELAMARE, Alcibiades. As Duas Bandeiras. . Apud: Idem. Ibidem. p. 105.
- 38 - SALEM, Tânia. op. cit.
- 39 - Idem. Ibidem.
- 40 - MESQUIDA, Peri. Educação na Restauração Lemista da Igreja: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública. In: **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 27, p. 279-295, maio/ago. 2009. p. 285.
- 41 - RODRIGUES, Leandro Garcia. op. cit.
- 42 - Idem. Ibidem. p. 48.
- 43 - MESQUIDA, Peri. op. cit. p. 288.
- 44 - Alceu Amoroso Lima em alocução proferida na Sessão Solene de Instauração dos cursos das Faculdades Católicas. FACULDADES CATÓLICAS. Op. Cit., p. 75.
- 45 - FACULDADES CATÓLICAS. op. cit., p. 08.
- 46 - FACULDADES CATÓLICAS. op. cit., p. 05.
- 47 - Padre Leonel Franca em alocução proferida na Sessão Solene de Instauração dos cursos das Faculdades Católicas. FACULDADES CATÓLICAS. op. cit., p. 66-67.
- 48 - A Carta Pastoral de S. Em. Cardeal D. Leme quando Arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos. In: DIAS, Roberto Barros. op. cit. p. 202.
- 49 - TODARO, Margareth. Jackson. Apud: ARDUINI, Guilherme Ramalho. op. cit., p. 23.
- 50 - SALEM, Tania. op. cit.
- 51 - Idem. Ibidem.
- 52 - TODARO, Margareth. Pastors, Prophets and Politicians. In: ARDUINI, Guilherme Ramalho. op. cit., p. 49.
- 53 - MESQUIDA, Peri. op. cit. p. 282.
- 54 - GRAMSCI, A. Quadernidel cárcere. Apud: MESQUITA, Peri. Op. Cit. p. 282.
- 55 - ARDUINI, Gulherme Ramalho. op. cit.

- 56 - MACCIOCCI, Maria-Antonietta. **A Favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 198.
- 57 - BARBOSA, Francisco de Assis (org.). op. cit.
- 58 - LIMA, Alceu Amoroso. Adeus à Disponibilidade. In: **Adeus à disponibilidade e outros adeuses**. Rio de Janeiro: Agir, 1969. p. 18.
- 59 - LIMA, Alceu Amoroso. Tentativa de Itinerário. In: Idem. *Ibidem*. p. 20.
- 60 - RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 37.
- 61 - Idem. *Ibidem*. p. 38.
- 62 - Idem. *Ibidem*.
- 63 - Idem. *Ibidem*. p. 41.
- 64 - Idem. *Ibidem*. p. 69 – 91.
- 65 - Idem. *Ibidem*. p. 42.
- 66 - Idem. *Ibidem*. p. 96.
- 67 - Idem. *Ibidem*. p. 102.
- 68 - Idem. *Ibidem*. p. 60.
- 69 - RODRIGUES, Leandro Garcia. Introdução. In: RODRIGUES, Leandro Garcia. op. cit. p. 25.
- 70 - Carta de Alcântara a Alceu, 13 de janeiro de 1931. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). op. cit. p. 108.
- 71 - Carta de Alcântara a Alceu, 21 de dezembro de 1931. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). op. cit. p. 124.
- 72 - Carta de Alcântara a Alceu, 26 de maio de 1930. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). op. cit. p. 87.
- 73 - RODRIGUES, Leandro Garcia. Mário de Andrade e Alceu Amoroso Lima – correspondência, (des)harmonia e vida literária. **Letras de Hoje**, vol. 49, n. 2, p. 154-162, abr/jun. 2014. p. 155.
- 74 - LIMA, Alceu Amoroso. Tentativa de Itinerário. In: LIMA, Alceu Amoroso. op. cit. p. 20-32.
- 75 - RAMA, Angel. op. cit. p. 84.
- 76 - Idem. *Ibidem*. p. 84-85.
- 77 - NEVES, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E AFINS. **Brasil, acertai vossos ponteiros**. Rio de Janeiro: MAST, 1991. p. 53-65.
- 78 - RAMA, Angel. op. cit. p. 88.
- 79 - Idem. *Ibidem*.
- 80 - Idem. *Ibidem*.
- 81 - Idem. *Ibidem*.

- 82 - VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 101.
- 83 - Idem. *Ibidem*.
- 84 - A Carta Pastoral de S. Em. Cardeal D. Leme quando Arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos. In: DIAS, Roberto Barros. Op. Cit. p. 202.
- 85 - LIMA, Alceu Amoroso. op. cit. p. 23.
- 86 - Idem. *Ibidem*. p. 29
- 87 - ARDUINI, Guilherme Ramalho. op. cit. p. 39.
- 88 - Idem. *Ibidem*. p. 140.
- 89 - LIMA, Alceu Amoroso. op. cit. p. 31.
- 90 - Idem. *Ibidem*.
- 91 - Idem. *Ibidem*.
- 92 - CASALI, Alípio. op. cit. p. 87.
- 93 - JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. Ano XXXIII, nº 75, 01 de abril 1923.
- 94 - FOLHA DA MANHÃ. Ano XVII, nº 5430, 16 de novembro de 1941.
- 95 - A CRUZ. Ano XIII, nº 42, 20 de outubro de 1931.
- 96 - A ESQUERDA. Ano V, nº 1143, 29 de setembro de 1931.
- 97 - Ata de Inauguração e Bênção do Cruzeiro da Universidade. 16 de novembro de 1941. In: **Livro de Atas da Mesa Administrativa da Irmandade Nossa Senhora da Penha de França**.
- 98 - LIMA, Alceu Amoroso. op. cit. p. 27.
- 99 - JORNAL O GLOBO. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1931.
- 100 - AZZI, Rioldo. O Fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930 - 1940). **Síntese**, vol. 6, nº 17, p. 69-85, 1979. p. 73.
- 101 - CASTELLOTTI, Flavio. O Monumento Esculpido em Concreto. In: KAZ, Leonel; LODDI, Niggle (orgs). **Cristo Redentor: História e Arte de um Símbolo do Brasil**. p. 72.
- 102 - RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. O Cristo Redentor sempre esteve lá, no alto do nosso imaginário. In: KAZ, Leonel; LODDI, Niggle (orgs). Op. Cit. p. 43.
- 103 - Carta de Sebastião Leme da Silveira Cintra & Outros a Getúlio Vargas enviando conclusões e deliberações do Congresso Nacional do Cristo Redentor e solicitando providências para a realização legal das sugestões enviada. Rio de Janeiro (Vol. III/44). Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/busca-simples/arquivo-pessoal/manuscrito/GV/1931-10-12-2>>.
- 104 - "Para lembrança perpétua da coisa", "eterno memorial". Tradução Livre.
- 105 - RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Em Algum Lugar do Passado. In: AZEVEDO, André Nunes de (org). **Anais do Seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade**. Rio de Janeiro:UERJ, 2002.

- 106 - DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 106
- 107 - BARBOSA, Francisco de Assis (org.). op. cit.
- 108 - LIMA, Alceu Amoroso. op. cit. p. 25.